

Cecília N. S. Togni
015690



1290002787



FE

TCC/UNICAMP T572c

**CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO DE
ADULTOS NO BRASIL**

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação
Pedagogia
2005

200606230

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

Cecília N. S. Togni
015690

**CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO DE
ADULTOS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso-
TCC apresentado como exigência
parcial para o curso de Pedagogia, da
Faculdade de Educação, da
Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação da Profa. Dra. Sônia
Giubilei.

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação
Pedagogia
2005

UNIDADE	F.E
Nº CHAMADA	23/03/06
V.	
TOMBO	2784
PROB.	23/03/06
C.	X
PREÇO	
DATA	24/03/06
Nº CPD	2784

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

T572c Togni, Cecília Nogueira da Silva.
Campanhas de alfabetização de adultos no Brasil / Cecília Nogueira da
Silva Togni. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientadores : Sônia Giubilei.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Políticas públicas. 3. Educandos.
4. Educação - Financiamento. 5. Campanha de alfabetização – História.
I. Giubilei, Sônia. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

05-0230
GCS/BFE

DEDICATÓRIA

*Dedico esse trabalho ao João Bartholomeu,
Companheiro fiel,
Sem o qual não teria conseguido completar
Essa importante jornada.*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer:

- À Profª. Dra. Sônia Giubilei, pela orientação desse trabalho, pela calma e pela dedicação ao longo desse ano.
- À Walmira Togni, avó maravilhosa, pelo exemplo de vida, pelo companheirismo, pela compreensão, pelo amor que tem me dedicado, e pela sua constante presença no meu dia-a-dia
- Aos meus pais, Fernando e Eneida, por acreditarem nos meus sonhos e por me ajudarem a concretizá-los, através da amizade e do incentivo.
- À Maria Amélia Bartholomeu, por me auxiliar na correção, e na redação do trabalho, e por me receber em sua família.
- À Uíara Leoni, amiga querida, pelo enorme carinho, e pelo incentivo nas horas de fraqueza.
- À Renata Lemos e Priscila Corilow, por acreditarem em meu trabalho e na importância da pesquisa para a Educação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
CAPÍTULO II – O ADULTO ENQUANTO EDUCANDO NA REALIDADE BRAILEIRA.....	12
CAPÍTULO III – HISTÓRICO DAS CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO.....	16
1- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS....	18
2- MOBREAL.....	21
3- EDUCAR.....	24
4- ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA.....	25
5- BRASIL ALFABETIZADO.....	27
6- LETRAVIVA.....	29
CAPÍTULO IV – PROJETO LETRAVIVA.....	31
1- LETRAVIVA ATRAVÉS DOS DADOS.....	33
2- FUMEC E LETRAVIVA : UM CAMINHO PARA A CONTINUIDA.....	38
CAPÍTULO V- ANÁLISE DE DADOS.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
BIBLIOGRAFIA.....	49

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- CADASTROS DE EDUCADORES E EDUCANDOS.....33

TABELA 2- QUANTIDADE DE ALUNOS ENCAMINHADOS PARA A FUMEC.....39

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- SEXO DOS EDUCANDOS.....	34
GRÁFICO 2- IDADE DOS EDUCANDOS.....	35
GRÁFICO 3- NATURALIDADE DOS EDUCANDOS.....	35
GRÁFICO 4- RAÇA/COR DOS EDUCANDOS.....	36
GRÁFICO 5- ZONA DE HABITAÇÃO DOS EDUCANDO.....	36
GRÁFICO 6- EDUCANDOS ESCOLARIZADOS.....	37
GRÁFICO 7- MOTIVOS DA INTERRUPÇÃO DOS ESTUDOS.....	37
GRÁFICO 8- ENCAMINHAMENTOS POR REGIÃO.....	40

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I- FICHA CADASTRAL DOS EDUCADORES.....	52
ANEXO II- FICHA CADASTRAL DOS EDUCANDOS.....	53
ANEXO III- PESQUISA DO IBGE.....	54
ANEXO IV- TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	55
ANEXO V – ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS DO MEC.....	66

INTRODUÇÃO

Optei por realizar meu trabalho de conclusão de curso na área de Educação de Adultos, contradizendo tudo o que eu havia planejado ao longo de minha formação. Minha inclinação a essa temática teve forte influência de uma disciplina eletiva cursada, EP 886, intitulada “Educação de Adultos”. Resolvi cursá-la, pois sempre me causou, e ainda causa incômodo o fato de disciplinas da área de Educação de Adultos estarem ausentes do currículo obrigatório do curso de Pedagogia. Sabe-se que a Educação de Adultos existe para cumprir a carência escolar daqueles que não usufruíram do processo comum de escolarização, portanto em um País, que a realidade educacional engloba, não apenas crianças e jovens, mas também adultos no ensino básico, os educadores devem, estar preparados para atuar com públicos distintos oferecendo um trabalho pedagógico de qualidade, e para tanto há que se ter um amplo conhecimento e domínio, dessa forma a educação de adultos não pode ser colocada em segundo plano.

Fui me interessando cada vez mais pelo assunto, e com o decorrer do curso e aprofundamento de minhas leituras foram começando a surgir questões que me deixaram em constante busca, e bastante ansiosa na tentativa de sanar e procurar respostas às minhas indagações.

Dentro da imensidão de temas que envolvem a Educação de Adultos, um em particular tomou minha atenção: o analfabetismo. São inúmeras as questões que tem sido levantadas e debatidas como possíveis causas do insucesso de muitos alunos, em torno do analfabetismo no país, sabemos que a principal delas é o fato de estarmos diante de uma sociedade de privilégios para poucos, e de exclusão e segregação para uma grande maioria.

Embora a democracia seja bastante pregada, tudo visa manter a lógica do sistema. Os “destinos” acabam sendo traçados de acordo com o nível sócio-econômico de cada família, e não é dada, de fato, a oportunidade de igualdade. O modo de produção vigente (capitalismo) baseia-se na diferença de classes, e vem aumentando consideravelmente o abismo entre essas diferenças com o decorrer dos anos.

Diante dessa sociedade de desigualdades observamos um grande número de adultos analfabetos, que são, basicamente, adultos que na infância ou foram fadados a trabalhar para auxiliar na renda familiar, ou adultos que tiveram dificuldades de aprendizagem em escolas públicas de péssima qualidade, ou que por diversos outros motivos tiveram que se ausentar da instituição escolar em um determinado momento da vida. O que se sabe, no entanto, é que esses adultos foram, de certa forma, “excluídos” do universo de letrados que vivemos atualmente, portanto tiveram suas vidas e oportunidades estagnadas e limitadas e acabaram sendo marginalizados pelo sistema. Diante desse cenário, devemos encarar o analfabetismo não como uma questão pedagógica, mas como uma questão essencialmente política.

“O analfabeto tem sido visto como uma pessoa desqualificada para o exercício da cidadania, como um mal a ser extirpado sem que haja o reconhecimento de sua participação como pessoa constitutiva e construtora da nossa sociedade, e produtora de conhecimento” (GADOTTI, 2003, p.108).

Devido a essa estigmatização e a alta taxa de analfabetismo no Brasil, considerada um entrave ao desenvolvimento, surgiram as Campanhas de alfabetização de adultos propostas pelos governos, na tentativa de erradicar tal problema, todas embasadas em interesses econômicos e políticos dentro da lógica neoliberal.

“Quase todas as campanhas de alfabetização de jovens e adultos promovidas pelo Estado ao longo da história de nosso país, estiveram intimamente ligados a lógica do capital e a lógica de mercado, com o

intuito de formar mão-de-obra que atendesse às demandas impostas pelo processo de industrialização. O interesse político também orientou tais campanhas, visto que o objetivo de manter a ordem vigente, seja pelo silêncio, seja pelo voto de classes subalternas, sempre esteve presente.” (SALES, 2001, p.177, apud RIBEIRO, 2001).

Foram exatamente nessas Campanhas de alfabetização que baseei o trabalho, pois me interessava saber, de fato, como elas se dão e que tipo de Educação oferecem.

Minha primeira leitura relacionada ao tema foi uma obra de Gilberta Jannuzzi, chamada *“Confronto Pedagógico: Paulo Freire e Mobral”*. A autora apresenta a Campanha do Mobral, o seu surgimento, suas intenções, suas metodologias, seus materiais, confrontando sempre com o que propunha Paulo Freire. Jannuzzi mostra claramente que o Mobral visava a preparação de mão-de-obra mais rápida para o mercado de trabalho, através do treinamento, elemento chave da profissionalização. Havia uma preocupação de cunho essencialmente econômico, a prioridade era fazer com que o indivíduo participasse do processo do desenvolvimento da economia do país, não importando a maneira que fosse.

“Assim sendo, o indivíduo dever ser alfabetizado para mais facilmente receber as informações e o treinamento que permitam desempenhar o papel que lhe é reservado dentro do desenvolvimento” (JANUZZI, 1983, p.56).

O Mobral foi criado, como toda a educação, pela sociedade, segundo seus valores, e serviu para perpetuá-los. Não havia preocupação em desenvolver a consciência crítica dos adultos, pois conscientizar poderia desencadear descontentamentos e ameaçar o suporte político do momento.

Além do problema da superficialidade do ensino visto anteriormente, quando iniciou-se a Campanha, como forma de “atrair” o público, foram feitas promessas de empregos a quem passasse a estudar novamente, o que acabou gerando pressão e descontentamento da população, pois não houve cumprimento de fato, da promessa que

havia sido feita. A esperança criada acabou por se tornar falsa, frustrando uma grande maioria. Como o governo promete algo tão incabível? O fato de estarem alfabetizados não resolveria a questão do desemprego e ainda não resolve, o desemprego é um problema econômico estrutural do país. Seria justo dar falsas esperanças a um povo que já tem tão pouco, que possui uma vida extremamente difícil e de privações? Nada disso foi refletido.

Contrariando essa maneira de pensar e fazer Educação, Paulo Freire propõe a Educação de uma outra maneira bastante distinta. O Educador utiliza a palavra conscientização para a forma de conhecimento que é a Educação. A Educação é um ato político, e é extremamente relevante que seja encarada como tal.

Não existe, para Paulo Freire, alfabetização sem que haja conscientização. Para ele, é de suma importância o desenvolvimento da consciência crítica do educando, e esse se ver como agente transformador, visto que a história não é algo imutável, imóvel.

A Educação, portanto, nunca é um processo terminado, é um processo permanente de libertação, e não de submissão. Para que o processo ensino-aprendizagem ocorra de forma plena, o educador e o educando devem estar em constante troca, e partir sempre da realidade que estão inseridos.

Percebe-se então, que apesar da forma descontínua do universo multifacetado de práticas educativas se pode distinguir feições e personalidades aos destinos da educação de adultos, tal como Paulo Freire e as grandes Campanhas alfabetizadoras, que mostram limites e possibilidades em governos revolucionários e conservadores.

Ao final de minha leitura, do confronto feito entre o Mobral e Paulo Freire, passei a analisar através de outras obras as Campanhas de alfabetização em massa que vem sendo propostas a partir de 1967: Mobral, Educar, Comunidade solidária, entre outras, e optei por centrar meu trabalho na Campanha do governo atual, administrado

pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, intitulada “Brasil Alfabetizado”, dando um enfoque especial ao Projeto Letra-Viva no município de Campinas.

Uma das polêmicas recorrentes no debate das políticas de Educação de Adultos refere-se a eficácia e a oportunidade de promoção de Campanhas de Alfabetização em massa. Há críticas posicionando-se contra tais campanhas, pois a proposta dessas estão impregnadas pela idéia de erradicação do analfabetismo em um curto espaço de tempo, desconsiderando que a eliminação do problema depende antes de mudanças em longo prazo nas condições econômicas, sociais e educacionais, que conduzem à produção do analfabetismo. Além disso, as campanhas costumam ser implementadas num ritmo único em toda a sua área de abrangência e dotadas de uma estrutura centralizada e unificada no desenvolvimento das atividades pedagógicas e da produção de materiais didáticos.

Há realmente o reconhecimento de que a dimensão do problema do analfabetismo exige uma resposta urgente e incisiva. Entretanto faz-se necessário pensar se as medidas propostas pelo governo são válidas, se são medidas que realmente contribuem para melhoria da qualidade de vida da população. Questões relacionadas a Educação de Adultos, principalmente ao analfabetismo estão muito em pauta atualmente, inúmeras críticas tem sido feitas com relação a falta de espaço para a continuidade do processo de alfabetização iniciado pelos programas, após o término desses. É necessário pensar se houve de fato alguma alteração nas Campanhas propostas desde o Mobral até os dias de hoje.

Surge-me uma questão, diante de tantas críticas relacionadas a tais programas; será que esses não são propostos com o intuito de “calar” o povo, e de mostrar medidas do Governo com relação ao problema de exclusão social dos menos favorecidos? A Campanha aparece, ao meu ver, como uma espécie de camuflagem da falta de atitude

governamental e da ausência de uma política nacional articulada para Educação de Adultos.

Objeto:

Diante de todo esse cenário, o que visam de fato essas Campanhas? Há espaço oferecido para continuação dos estudos, dos educandos adultos, no término dos programas, ou esses adultos passam a formar um grande contingente de semi-analfabetos, novamente excluídos do espaço escolar?

Objetivos:

- Analisar e caracterizar qual o público dessas Campanhas de Alfabetização, especialmente do Projeto Letra-Viva, no município de Campinas,
- Verificar o que de fato oferece o Projeto Letraviva, se possui limitação de tempo, se oferece possibilidade de continuidade aos alunos, e se essa continuidade esta realmente acontecendo,
- Analisar a maneira como a educação é vista e trabalhada

Metodologia:

Dando continuidade ao ciclo de Campanhas de alfabetização em massa que, desde 1947, vem sendo executadas ao longo dos anos, a proposta de erradicação do analfabetismo do governo atual se deu através de uma Campanha intitulada “Brasil Alfabetizado”, que esta em vigor desde o ano de 2001. Conforme já havia deixado

claro, em um primeiro momento, centralizei meu estudo em tal Campanha, mas especificamente no Projeto Letraviva do município de Campinas.

Para concretizar os objetivos do trabalho, ou seja, para analisar e caracterizar as Campanhas e o público dessas, me remeti a pesquisa qualitativa, que supõe um contato direto entre o pesquisador e a situação, o ambiente investigado, de maneira que esse seja uma fonte direta de informações. Esse contato me possibilitou um maior entendimento e desvelamento da realidade dos adultos, dos docentes e coordenadores do projeto.

Dentro do enorme universo da pesquisa qualitativa me detive então ao estudo de caso, que é usado quando se faz a análise de uma unidade dentro de um sistema mais amplo, que é o caso do Letraviva, que é um projeto, uma extensão do “Brasil Alfabetizado”. Segundo Ludke & André (1968), o estudo de caso visa a descoberta, e mesmo que o investigador tenha pressuposto teóricos iniciais, ele procurará se manter atento a elementos importantes novos, que possam surgir durante a pesquisa.

Coletei os dados através de entrevistas e da análise documental. As entrevistas foram semi-estruturadas, que é um sistema mais flexível, para que não haja uma ordem rígida, e para que os entrevistados tenham mais liberdade, e assim as informações venham de maneira autêntica. Realizei as entrevistas com as coordenadoras do projeto, para compreender a maneira com que é estruturado o projeto pedagógico do programa, bem como são organizadas as atividades ao longo do programa, e a visão que a equipe possui de Educação. Esse trabalho foi pensado previamente para que houvesse um direcionamento das indagações de maneira que fossem supridas as expectativas criadas.

A análise documental também foi de extrema relevância e contribuiu para o complemento de informações a partir das questões de interesse.

“Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador” (LUDKE & ANDRÉ, 1968, p. 35).

Para embasar a pesquisa foram analisados regulamentos, roteiros de programas, materiais e dados estatísticos por mim extraídos da segunda etapa do projeto, que serviram para caracterizar os educandos adultos cadastrados, para uma maior contextualização. Tentarei através de meu trabalho desvelar a realidade e procurar dar uma contribuição a Educação de adultos, que ainda é uma área que necessita de maiores atenções para que obtenha um resultado satisfatório e contribua realmente para melhoria de vida da população desfavorecida.

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO

“O que é analfabetismo? O analfabetismo é a expressão da pobreza, conseqüência inevitável de uma estrutura social injusta. Seria ingênuo combatê-lo sem saber suas causas. Como? Conhecendo as condições de vida do analfabeto, sejam elas as condições objetivas como salário, o emprego, a moradia, sejam as condições subjetivas, como a história de cada grupo, suas lutas, organização, conhecimento, habilidades, enfim sua cultura, mas conhecendo-as na convivência com ele, e não apenas teoricamente”.(GADOTTI, 2003, p. 32).

A luz do que Moacyr Gadotti definiu como analfabetismo e quais são as formas possíveis de combatê-lo darão base teórica ao presente trabalho. O analfabetismo nada mais é que a negação de um direito ao lado da negação de outros direitos, portanto é uma questão essencialmente política. Segundo Freire (2001) é impossível pensar a Educação sem que se esteja atento a questão de poder, o educador critica o mito da neutralidade, que leva a negação da natureza política do processo educativo. É preciso que se tenha clareza a favor de que ou de quem, portanto contra quem ou contra o que fazemos a Educação, e desenvolvemos a atividade política.

A realidade social do Brasil é marcada pela exclusão das classes menos favorecidas na maioria dos setores, inclusive do setor educacional, portanto uma política nacional de alfabetização, nas condições sociais atuais, só poderá obter algum sucesso se estiver vinculada a um projeto político-econômico que supere as causas sociais que produzem e mantêm o analfabetismo.

Gadotti (2003), ainda afirma que um programa de Educação de Adultos, não pode ser avaliado por seu rigor metodológico, mas pelo impacto gerado na qualidade de vida da população atingida. A Educação de adultos está, portanto condicionada às possibilidades de transformação real das condições de vida do aluno. Há muitos fatores

envolvidos para que se obtenha êxito em um programa, desde a formação do educador, que deve se inserir na realidade do sujeito, até o respeito do limite e tempo de cada aluno.

Infelizmente o analfabeto não é o sujeito de sua própria alfabetização, mas o paciente, que se submete docilmente a um processo proposto pelo governo através das Campanhas de alfabetização em massa, que dissocia a ação educativa ao ato político, entretanto ao contrário do que esses programas propõem, Freire (2001) afirma que a alfabetização deve ser vista como um ato político, de conhecimento, e por isso um ato criador, e que seria impossível reduzir a alfabetização num ato mecânico e ao ensino puro da palavra, pois a alfabetização por si só não significa libertação.

Há, na verdade, a ausência de uma política nacional articulada para a Educação de Adultos, o que tem feito essa área resultar em uma Educação de segunda classe. O que existe são apenas ações fragmentadas e desarticuladas como as Campanhas que surgem, desenvolvem-se, e muitas vezes extinguem-se, sem que resultem em políticas.

Segundo Masagão (2003), um movimento extensivo para mobilizar rapidamente um grande número de pessoas, como os programas sugeridos pelos governos, é válido, desde que seja prevista sua continuidade. Cunha (2003) coloca que a alfabetização até pode se dar em seis meses, ínfimo espaço de tempo não adequado, desde que exista a garantia de inclusão da pessoa alfabetizada no sistema educacional. Os adultos podem ser atendidos por programas de alfabetização, mas necessitam ter acesso a educação continuada. É preciso falar em educação de jovens e adultos como política pública.

Há a necessidade de políticas públicas que garantam a educação básica para todos, entretanto é preciso garantir a construção de uma identidade política e pedagógica própria à Educação de jovens e adultos, não se pode transferir para essa área

o modelo do ensino fundamental regular oferecido para as crianças. É necessário uma noção ampliada de educação.

“Precisamos de políticas de continuidade. Não se erradica o analfabetismo da noite para o dia... Alfabetizar 20 milhões é uma tarefa para varias gestões e instâncias de governo-municipais, estaduais e federal-, por meio de uma política organizada e sistematizada, com uma clara divisão de responsabilidades. Essa articulação sistematizada é necessária para proporcionar a continuidade de uma política de longo prazo com avaliação externa”.(CUNHA, 2003, p.38, apud Síntese do debate Alfabetização e analfabetismo: desafios para as políticas públicas, 2003).

Segundo Soares (2001) assistimos a um agravamento da pouca importância que os governos outorgam à Educação de jovens e adultos, exemplificado na diminuição progressiva dos orçamentos e na convocação de voluntários, sem formação específica, para desenvolver atividades próprias do setor, em muitos casos alguém que somente saiba ler pode se tornar um alfabetizador. Há um descomprometimento do Estado com a Educação de jovens e adultos, que tem se tornado uma educação de segunda classe. O oferecimento de serviços de baixa qualidade ocasiona a não obtenção de resultados positivos.

Giubilei (1993) coloca que a sociedade só pode ser declarada democrática quando efetivamente seus cidadãos usufruam de seus plenos direitos, dentro os quais está a educação. A eficiência dessa sociedade só pode ser apontada quando seu sistema educacional não tiver mais que se adaptar para oferecer escolarização a tantos quantos dela não se beneficiaram, seja ao continuar o que iniciou, seja ao iniciar o que sempre buscou. Dessa forma pode-se perceber que a sociedade atual não se organiza de forma democrática, estando longe de ser uma sociedade que ofereça condições iguais a todos, onde os direitos são respeitados.

CAPÍTULO II

O ADULTO ENQUANTO EDUCANDO NA REALIDADE

BRASILEIRA

A história da educação de adultos vem se constituindo ao longo do tempo através de dois movimentos; o da demanda e o da oferta.

O primeiro deles é formado por um grupo de adultos que por algum motivo ou tiveram que abandonar os estudos, ou não tiveram possibilidade de ter acesso ao ensino regular na idade própria, tornando-se assim excluídos do mundo letrado, o que acabou resultando em altos índices de analfabetismo no país, concentrado justamente nas camadas populares.

Frutos de um sistema excludente marcado por desigualdades sociais, desigualdades de oportunidades, que se refletem na atual condição de vida de cada um, esses adultos anseiam por um direito que lhes foi indiretamente negado, que não tiveram condições econômicas de usufruir.

Segundo Pinto (2000) o analfabeto não é aquele que não sabe ler, mas aquele que por suas condições de existência não necessita ler. A valorização da leitura e da escrita é feita de acordo com o nível de trabalho que cada um exerce na sociedade.

Visto que a desescolarização está ligada a situação de pobreza, esses adultos acabaram se tornando um desafio para o governo, por refletir a falta de estrutura política e econômica do país.

Apesar do trabalho apesar do foco do trabalho estar relacionado a questão do analfabetismo, é importante colocar que a Educação de jovens e adultos não se destina somente a alfabetização, mas também aos demais níveis de ensino.

O segundo movimento é o da oferta, formado por um conjunto da sociedade disposto a enfrentar as demandas, seja por movimentos, educadores, ou órgãos públicos e privados. É um movimento desarticulado em ações, embora possua a vontade de corrigir a injustiça social.

Em meio a tantas iniciativas e ações criadas para suprir as demandas, é de suma importância ser feita uma reflexão com relação aos sujeitos que serão atendidos pelos programas, para que haja de fato resultados positivos, como a quem educar e quais as características e especificidades desses adultos.

Acompanhado por uma trajetória de vida árdua marcada pela exclusão social, o adulto enquanto educando possui características bio-psico-sociais, que devem ser levadas em consideração no processo educativo.

Segundo Oliveira (1999) é preciso refletir como esses jovens e adultos pensam e aprendem, isso envolve transitar pelo menos em três campos que contribuem para a definição do seu lugar social: a condição de não-crianças, a condição de excluídos da escola, e a condição de membros de determinados grupos culturais.

Na maioria dos casos esses adultos, sejam trabalhadores ou aposentados, apresentam, além do cansaço, limitações físicas, como problemas de visão, audição, perda de memória e energia, que se não forem percebidas podem fazer com que o educando abandone novamente os estudos.

Giubilei (2003) ressalta, dentre tantas características, que qualquer alteração no quadro de saúde dos adultos pode levá-los a subestimar o próprio poder de aprendizagem.

Voltar a estudar não é tarefa fácil ao adulto principalmente para aquele que trabalha. O cansaço e a falta de tempo são fatores que influenciam muito na hora da

decisão, mas os que optam por retornar fazem isso ou por estarem em busca de um sonho, ou até mesmo por estarem em busca de melhorias de qualidade de vida.

O ingresso do adulto aos estudos através de sua própria decisão, e não por obrigatoriedade, é um ponto positivo marcado pela motivação e pela força de vontade. Entretanto, apesar dessa força de vontade há diversos fatores negativos apresentados por esses alunos quando se encontram em situações novas, desconhecidas até o momento, como a falta de confiança, a timidez, a dificuldade de se expressar, o medo ao ridículo, entre outros.

A escola, segundo Oliveira (1999) possui regras específicas e uma linguagem particular, que deve ser conhecida por aqueles que nela estão inseridas, entretanto esses símbolos e regras não são parte do conhecimento comum dos sujeitos que foram excluídos desse sistema. Portanto, os adultos que nunca freqüentaram instituições escolares acabam encontrando grandes dificuldades em se adaptar as atividades escolares propostas e a linguagem da escola, fato que acaba gerando desistências e frustrações aos educandos adultos.

Além de fatores de ordem socioeconômica, a falta de sintonia tanto das escolas quanto dos programas e dos educadores com os alunos tem sido um fator de grande peso com relação aos altos índices de evasão na área de educação de jovens e adultos.

“Pensar em projeto pedagógico para a educação de jovens e adultos, portanto, implica uma grande responsabilidade dos que fazem a escola, conscientes do movimento histórico que marcou, sempre de forma marginal, a trajetória dessa educação. Primeiro, reconhecer os alunos que estão diante de si: o que são o que pensam, o que fazem (seus trabalhos), que experiências anteriores tem da escola, que marcas de fracasso estão impressas em suas vidas, o que esperam dessa escola. Em seguida, questionar os professores quanto a disposição, empenho, compromisso com o trabalho que devem realizar. Se se sentem seguros para isso, ou se teme a situação que é nova para muitos. Reconhecer as dificuldades postas pela não-formação para a área, e pensar formas de superar essas dificuldades”. (AZEVEDO, p. 112, 1995 *apud* Seminário Internacional Educação e Escolarização de jovens e adultos, vol 2)

Percebe-se então que o educando adulto traz uma série de especificidades que precisam ser levadas em conta tanto pelos educadores, no processo ensino aprendizagem, quanto pelos órgãos que estruturam projetos e programas nessa área, para que se obtenha êxito, e não ocorram mais tantas evasões como vem acontecendo atualmente.

CAPÍTULO III

HISTÓRICO DAS CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO

Antes de iniciarmos um histórico das campanhas de alfabetização de adultos, faz-se necessário refletir um pouco sobre o contexto econômico do país e a sua relação com a Educação para que se possa compreender a questão do analfabetismo.

Segundo Paiva (1983), os sistemas educacionais refletem as condições sociais, econômicas e políticas da sociedade, dessa maneira pode-se concluir que esses sistemas acabam sempre mantendo a lógica do poder vigente. O Brasil, até a segunda metade do século dezanove, possuía uma economia marcadamente agrária, cujo sustento baseava-se no sistema escravista. A concentração tanto econômica quanto de poder político se encontrava nas mãos de uma oligarquia conservadora, que não tinha interesse em expandir a escolarização básica para todo o conjunto da população. O atendimento escolar era dado então somente às elites locais, em especial às urbanas. O modelo econômico e social do Brasil não exigia uma ampla escolarização da população, pois naquele momento não era necessário nem interessante à economia uma política de extensão da educação, o que fez com que inúmeras pessoas fossem deixadas de lado, sem direito a participar do sistema educacional. Isso acabou constituindo no país uma estrutura social de exclusão que se perpetua até hoje.

Getúlio Vargas caracterizou-se por ser o governante que exerceu o mandato presidencial mais extenso do Brasil. Primeiramente, governou como chefe do governo provisório (1930-1934), em um segundo momento como presidente eleito constitucionalmente pelo congresso (1934-1937), posteriormente como ditador (1937-1945), e por fim como presidente eleito por sufrágio universal (1950-1954). A partir da

década de trinta, com a estruturação do Estado Novo Brasileiro, e com a expansão do processo de industrialização e urbanização, o país passou a exigir ações de impacto social mais concretas, época em que iniciou-se a organização do sistema público de educação, impulsionado pelo governo federal.

Em prol do desenvolvimento do Brasil, a política do Governo Vargas, além de dar ênfase a educação rural, deu ênfase também ao ensino técnico profissionalizante, que visava a formação de mão-de-obra, entretanto havia um grande número de jovens e adultos que não podiam frequentar esse tipo de ensino porque eram analfabetos. Diante disso, o governo empreendeu um movimento global a favor da educação elementar, onde todos os brasileiros deveriam ser alcançados. A partir de então, estados e municípios passaram a assumir com mais ênfase a expansão do ensino fundamental, o que proporcionou também uma expansão ao atendimento de jovens e adultos, excluídos da instituição escolar.

Devido aos índices alarmantes do analfabetismo, e a preocupação com o desenvolvimento econômico do país, o ensino da população adulta começou a ganhar destaque e ser visto como um problema distinto com relação a difusão do ensino da população em idade escolar.

Com o fim da ditadura Vargas, marcada por um forte autoritarismo, e da II Guerra Mundial, o país, que passava por uma forte efervescência política, trazia demandas de redemocratização de políticas sociais, e também de qualificação e participação de massas urbanas no processo de produção, o que acabou acarretando algumas mudanças na educação. Em 1945, surgem as primeiras disposições legais no campo de Educação de Adultos, que colocava em pauta as concessões de auxílios do Fundo Nacional do Ensino Primário, onde setenta por cento das verbas eram destinadas à construção do ensino primário, e vinte e cinco destinadas à educação de adultos e ao

analfabetismo, com a condição de sua aplicação. Esses recursos para educação de adultos instituíram uma nova área de atuação para o governo federal.

Diante de todo esse cenário, assiste-se ao desenvolvimento de programas de massa destinados à educação de adultos. Em 1947, surge a primeira grande Campanha de erradicação ao analfabetismo, executada por Lourenço Filho¹.

1. Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA)

Intitulada de Campanha de educação de Adolescentes e Adultos – CEAA – a campanha teve duas etapas, tendo seu término acontecido em 1963.

Além de se tornar um instrumento para melhorar a situação do analfabetismo do Brasil dentro do cenário internacional, o programa tinha como objetivo preparar mão-de-obra alfabetizada para participar do processo de desenvolvimento (preocupando-se também com a zona rural). A defasagem cultural era vista como atravancadora do desenvolvimento, e acabou sendo usada como justificativa econômica da campanha.

Havia a preocupação não só em expandir a educação de adultos como também os demais níveis escolares. Acreditava-se que com um processo de tentativa de elevação cultural do povo, houvesse, através da educação de adultos, um estímulo ao aumento do número de matrículas no ensino infantil, pois os pais que eram momentaneamente alunos passariam a valorizar a educação.

“... As atividades realizadas no âmbito da Campanha deixavam de aparecer como um trabalho isolado de educação de adultos: passavam a figurar como componente essencial de um processo educativo mais amplo, envolvendo a todos – crianças, adolescentes e adultos - no esforço de elevação dos níveis educacionais das comunidades”. (BEISEGEL, 1974, p.98).

¹ Lourenço Filho, era um educador já inserido na política, que foi convidado pelo ministro Clemente Mariani para ocupar, pela segunda vez, o cargo de diretor do Departamento Nacional de Educação, em janeiro de 1947, quando deu início a Campanha.

.O analfabetismo era visto como uma das causas das condições de vida precárias. O esforço da Campanha visava a recuperação de grandes massas que viviam à margem da vida nacional

Logo no início do programa, o adulto analfabeto já era visto como marginal e incapaz, entretanto, apesar do preconceito, duas vertentes passaram a ter destaque nesse período, levando em conta o sujeito adulto: o caráter metodológico e psicológico.

A educação de base proposta se constituía em três etapas, a primeira era uma ação de três meses para alfabetização, a segunda etapa era uma pós-alfabetização que duraria sete meses, e por fim a terceira etapa que completava a segunda, com mais sete meses de estudo que equivaliam às quatro primeiras séries iniciais do primário. Além da alfabetização, o programa previa um segundo período de capacitação profissional e de integração, e desenvolvimento comunitário e civil. Havia uma preocupação com a continuidade, entretanto essa fase alfabetizadora não foi superada.

Com relação ao material didático, havia instrumentos de orientação de trabalho, que eram padronizados, produzidos por professores do Ministério da Educação. A primeira cartilha da Campanha se intitulou “Primeiro Guia de Leitura” e, apesar das preocupações metodológicas, pouco se diferenciava de cartilhas primárias, isso porque não havia na época muitos referenciais teóricos pedagógicos na área que pudesse embasar o trabalho. As cartilhas tinham textos orientados que abordavam temas como: preservação, saúde e mensagem de moral e civismo. O ensino se dava através da silabação e da memorização.

No período inicial, a Campanha proporcionou resultados promissores, pois permitiu a articulação de várias esferas do governo, além da participação de profissionais e voluntários, o que possibilitou a ampliação dos programas a diversas regiões do país. Foram abertas inúmeras salas de supletivos que deveriam ser destinadas

à continuidade dos trabalhos, entretanto tiveram apenas caráter quantitativo. As classes eram abertas de acordo com as necessidades educacionais das comunidades. Houve também nesse período o I Congresso Nacional de Educação de Adultos, em que discutiram-se inúmeras sugestões à CEAA.

A partir de 1954, inicia-se um declínio que chega a seu ápice em 1958 quando ocorre o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, em que se reconhece o fracasso do programa. Várias questões foram levantadas como causas, entre elas estão: a falta de verbas para cobrir as despesas, a falta de supervisão do trabalho executado, a desorganização nos Estados, a dificuldade de recrutar analfabetos para se inscrever no programa, e por fim a principal causa levantada foi a gratificação irrisória aos professores.

Segundo Black (1990), a Campanha de 1947 era bem estruturada, e talvez pudesse ter atingido seu objetivo se num período de pelo menos dois anos houvesse uma avaliação do trabalho realizado, entretanto o segundo congresso ocorreu somente após dez anos quando o programa já estava desvinculado dos seus propósitos iniciais.

A CEAA apesar de ter contribuído com uma relativa diminuição do índice de analfabetismo, teve sua ação reduzida a mera alfabetização, formando apenas novos contingentes eleitorais, e uma gama de adultos semianalfabetos, visto que não houve continuidade do processo que havia sido iniciado.

O programa, apesar do fracasso já reconhecido, permaneceu ativo até 1963, porque estava institucionalizado.

O início da década de sessenta foi marcado pelas idéias e pela experiência de Paulo Freire com a educação de jovens e adultos. A educação para Paulo Freire era vista como desveladora da realidade, um ato político, em que o educando, através do desenvolvimento da consciência crítica, se perceberia sujeito transformador da história.

O trabalho do Educador trazia uma nova visão do processo pedagógico destinado ao público adulto, diferente de tudo que havia sido apresentado até então.

A partir da II Conferência Internacional sobre Educação de adultos, em Montreal, e da influência de Paulo Freire, espalharam-se pelo Brasil diversos programas e movimentos, que carregavam uma perspectiva crítica de alfabetização baseada em uma proposta libertadora. Esses movimentos estavam voltados não só à alfabetização, mas à conscientização dos educandos adultos.

Essa perspectiva crítica e conscientizadora não era interessante ao governo, pois era contrária à lógica do sistema vigente, e poderia desencadear inúmeras reivindicações. Dessa forma, com o golpe militar em 1964, os movimentos e programas de alfabetização, que haviam crescidos consideravelmente, passaram a ser vistos como uma grave ameaça à ordem e foram duramente reprimidos.

2. MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL)

Devido à inibição dos programas e à grave situação do analfabetismo no país, o governo resolveu tomar o controle das atividades e como resposta às demandas, lançou o MOBRAL-Movimento Brasileiro de Alfabetização.

“O golpe de 64 redefiniu a atuação da sociedade e colocou a educação a serviço do desenvolvimento com segurança. Com os acordos MEC-USAID foi intensificada a introdução do tecnicismo na educação dando ênfase aos meios em detrimento dos fins. A criação do MOBRAL-Movimento Brasileiro de Alfabetização em 1967, ligado diretamente ao Ministério do Planejamento e não ao da Educação, vinculou a campanha de alfabetização em massa a um ato de legitimação do regime”. (SOARES, 1996, p. 207).

O MOBRAL foi criado em 1967, durante o regime militar, mas sua instalação só ocorreu de fato em 1970. Durante esse período, foram feitos estudos sobre as estratégias que seriam utilizadas para a erradicação do analfabetismo.

Entre a primeira campanha executada por Lourenço Filho e o Movimento Brasileiro de Alfabetização algumas outras campanhas e programas existiram, entretanto não tiveram o mesmo porte, nem o mesmo destaque. O presente trabalho abordará somente as Campanhas mais recentes partindo do Movimento Brasileiro de Alfabetização, em 1967, até a campanha atual.

Desde o princípio, o MOBRAL teve autonomia tanto administrativa quanto financeira. Segundo Miranda (2003), o financiamento do movimento era assegurado por 6,75% da receita líquida da Loteria Esportiva, além de 1% de deduções voluntárias de imposto de renda, o que fez com que tivesse a sua disposição um orçamento exorbitante. Essa disponibilidade de recursos financeiros possibilitou uma ampla divulgação do programa realizada através de veículos de comunicação em massa.

A campanha se propunha a atender jovens e adultos de quinze a trinta e cinco anos, ou seja, atendia somente pessoas em idade produtiva, que ainda estavam aptas ao trabalho, pois visava formar mão-de-obra. A alfabetização estava vinculada a processos de desenvolvimento social e econômico do país, dessa forma percebe-se então, que o MOBRAL, bem como a campanha anterior, tinha cunho acentuadamente econômico.

Segundo Januzzi (1979), o MOBRAL não poderia abrir discussão com sua clientela sobre a realidade. Conscientizar resultaria em processos de descontentamentos, o que ameaçaria a política de segurança, que era suporte político do momento. O ensino oferecido era superficial, a tarefa do movimento então era treinar elementos rapidamente para formar mão-de-obra barata, mas qualificada, visto que as transformações que vinham acontecendo, decorrentes do processo de desenvolvimento

do Brasil, exigiam profissionais atualizados. Dessa forma, restava ao MOBRAL uma carácter assistencialista, conservador e de manutenção da ordem econômica vigente.

“O mobral pode ser considerado uma instituição criada para dar suporte ao sistema de governo vigente, esteve onde deveria estar para conter qualquer ato de rebeldia de uma população que, mesmo no tempo do “milagre econômico”, vivia na mais absoluta miséria” (CHERINI&FLORENCE,2005,p.3)

Com relação à estrutura, o programa era marcado pela centralização de controles, e pela descentralização de ações. Territorialmente, o MOBRAL era um programa difuso, mas estava centralizado em um só plano político-pedagógico. Havia uma estrutura administrativa central, que era muito bem remunerada, o que acabou por consumir grande parte do orçamento.

Os métodos utilizados no processo ensino-aprendizagem eram definidos previamente por alguns membros da administração central, mas nunca eram discutidos com os educandos ou com a comunidade. A metodologia adotada incorporava alguns aspectos da pedagogia freireana como palavra geradora, mas esse conceito era utilizado pelo MOBRAL erroneamente, pois as tais “palavras geradoras” eram uniformes em todo Brasil, não respeitando o interesse e a particularidade dos diferentes grupos, tal como propunha Paulo Freire.

A informação era um aspecto considerado importante que deveria ser valorizado, pois era capaz de aumentar as possibilidades de integração do aluno com a comunidade. Entretanto, é importante se ter claro que as informações transmitidas pelo MOBRAL, primeiramente eram filtradas, e depois disseminadas.

Uma das características do MOBRAL, segundo Miranda (2003), era a ênfase dada a educação como investimento. Nesse sentido, era feito um processo de inculcação junto ao aluno-operário, inclusive através de materiais didáticos. O processo de alfabetização estava intimamente relacionado com a possibilidade de ascensão social, o que acarretaria novas formas de consumo. Inúmeras promessas de emprego foram feitas

às pessoas que freqüentaram o programa, entretanto essas promessas acabaram não sendo cumpridas, pois não havia oportunidade de trabalho para um contingente tão grande de brasileiros.

O movimento, a partir da segunda metade da década de setenta, passou a receber críticas que acabaram desencadeando uma avaliação do Movimento Brasileiro de Alfabetização. Várias irregularidades foram encontradas, mas a que mais saltou aos olhos foi a utilização de recursos financeiros com gastos exorbitantes com as publicações e com funcionários da administração central, quando os pagamentos dos professores eram irrisórios.

Com o fim do militarismo, em 1981, o cenário político, autoritário e autocrático, em que o MOBRAL foi criado se alterou. Houve, novamente, uma retomada na busca da redemocratização. Descontextualizado politicamente e desacreditado, com relação a sua relevância pela população, o MOBRAL acabou sendo extinto em 1985.

No lugar do Movimento Brasileiro de Alfabetização, criou-se, no governo de José Sarney (1985-1990), a Fundação Educar, uma nova instituição de fomento e organização de Educação de Adultos.

3. EDUCAR

O Educar, apesar de possuir objetivos mais democráticos que a Campanha anterior, não possuía os mesmos recursos financeiros e a mesma autonomia. Houve uma redução no número de funcionários dos órgãos centrais e uma tentativa de excluir o diretivismo pedagógico através do financiamento de projetos alternativos, que aceitavam as propostas metodológicas dos órgãos conveniados.

Diferente do MOBRAL, a Fundação Educar passou a fazer parte do Ministério da Educação. Segundo Florence&Cherini (2005) o Educar passou a dar apoio técnico e financeiro às iniciativas dos governos estaduais e municipais e entidades civis, abrindo mão do controle político pedagógico, contrariando as características do MOBRAL.

Em 1988, o Ministério da Educação convocou uma comissão de estudos formada por membros do Educar e secretarias de diversos lugares, a fim de buscar uma nova maneira de atuação com os adultos.

A Fundação Educar pretendia superar as falhas do MOBRAL e melhorar sua ação pedagógica. Esperava-se uma nova modalidade educacional, que estivesse de acordo com a realidade brasileira e que tivesse como objetivo atender, de fato, às necessidades da população mais carente. Entretanto, segundo Miranda (2003), em 1990, antes que as mudanças pudessem ser observadas, a Fundação foi extinta, surpreendendo a todos e principalmente aos sistemas municipais, que já haviam estabelecido convênios, que previam ajuda técnica-pedagógica e financeira, com o Educar.

É importante ressaltar que como pressuposto da ampliação de programas, a responsabilidade das Campanhas de alfabetização era, e continua sendo, dividida entre três esferas: União, Estados e Municípios.

Com a eleição de Fernando Collor, em 1990, criou-se o Plano Nacional de alfabetização e cidadania, que acabou sendo extinto no ano seguinte, deixando o país sem uma política nacional de educação de jovens e adultos.

4. ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, surge a “Comunidade Solidária”, uma organização de gestão de políticas sociais focada no combate a pobreza,

que era liderada pelo governo federal e contava com a participação de estados, municípios e de membros da sociedade civil. Dentro dessa nova organização, foi implementada, em 1997, a política de combate ao analfabetismo de jovens e adultos, intitulada Programa Alfabetização Solidária.

Em um primeiro momento, a campanha de alfabetização foi dirigida às regiões Norte e Nordeste, que possuíam altos índices de analfabetismo, posteriormente foi se incorporando a municípios do Estado de Minas Gerais, e da região centro-oeste. Somente a partir de 1999 a Campanha passou a atuar nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

O Programa Alfabetização Solidária se implementou em um regime de parceria com membros da sociedade civil, instituições de ensino superior, prefeituras municipais, e com o empresariado, que acabou assumindo a função de financiador junto com o Ministério da Educação, motivado ou pelo sentido de responsabilidade social ou pelo marketing político. . As empresas e o MEC eram responsáveis pelo financiamento do programa, contribuindo cada um com dezessete reais por mês, por aluno, dessa forma, o custo total de um aluno por mês era de trinta e quatro reais.

O período estabelecido pelo programa para o processo de alfabetização era de seis meses. Sendo que um mês era destinado à capacitação de alfabetizadores e os outros cinco à alfabetização.

O Programa Comunidade Solidária, além de acompanhar o andamento do curso, identificava as localidades onde o trabalho deveria ser realizado através dos índices de analfabetismo registrados pelo IBGE e fazia a articulação entre os parceiros. O oferecimento de materiais didáticos e materiais de apoio ficava sob os cuidados do Ministério da Educação. A mobilização dos alfabetizadores e a organização dos espaços

que eram cedidos para os cursos cabiam aos governos municipais, já que esses exerciam a coordenação local dos programas.

Mesmo com o término do mandato do presidente Fernando Henrique, o Projeto Alfabetização Solidária continuou existindo como uma organização não-governamental - ONG- de utilidade pública, e sem fins lucrativos, mantendo seu sistema de parcerias e atuando nas regiões onde há índices mais elevados de analfabetismo.

Além do governo federal, instituições de ensino superior, empresas privadas, governos estaduais e municipais, ONGs, e organismos internacionais, também mantêm parceria com o Alfabetização Solidária.

Segundo Vieira (2001) o programa Alfabetização Solidária é um programa que, apesar de demonstrar preocupação com a questão do analfabetismo no Brasil, e ter desenvolvido com as universidades uma parceria bastante interessante, revela um descompromisso do poder público com oferta de educação básica para pessoas jovens e adultas.

5. BRASIL ALFABETIZADO

Com a mudança de gestão, em 2003, o governo federal, presidido por Luis Inácio Lula da Silva, implementou uma nova campanha de erradicação ao analfabetismo, atualmente em vigor, intitulada Brasil Alfabetizado.

No início do governo, a meta do então Ministro da Educação, Cristovam Buarque, era alfabetizar, em quatro anos, vinte milhões de brasileiros, para tanto o Ministério da Educação criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação ao Analfabetismo, lançando logo após a Campanha Brasil Alfabetizado. Houve, e ainda há muitas críticas com relação ao programa, pois apesar da questão estar sendo tão

debatida atualmente, o analfabetismo ainda esta sendo visto como epidemia que deverá ser combatida.

O programa atua através de convênios com instituições alfabetizadoras (que precisam ter experiência comprovada em alfabetização de jovens e adultos) e é coordenado pelo Ministério da Educação, que atua somente na avaliação das ações das instituições conveniadas, e no repasse de recursos, que dão condições financeiras para que tais instituições possam realizar o trabalho.

As instituições conveniadas são responsáveis pela capacitação dos alfabetizadores, pela inscrição dos educandos e por todo processo de alfabetização. Fica também ao critério de cada conveniado o uso de material didático, visto que o programa não oferece e nem propõe o uso desse. São priorizadas as parcerias com estados e municípios.

Os cursos de alfabetização em um primeiro momento tinham seis meses de duração, entretanto visando a melhoria de qualidade, esse prazo foi aumentado para até oito meses. A campanha destina-se a um publico acima de quinze anos, sem restrição de limite de idade.

O Brasil alfabetizado conta com a participação de educadores populares, e não de professores. Para ser um alfabetizador é preciso somente se inscrever em instituições conveniadas, e participar de pequenos cursos de capacitação. A maioria desses educadores populares são voluntários, e contavam com um pequeno auxílio financeiro, que não tinha valor pré-estabelecido. Entretanto, em 2004, os recursos enviados pelo programa aumentaram o que contribuiu para melhorias nos cursos de capacitação e para o estabelecimento de um piso para a bolsa do alfabetizador. O programa incluiu também um pagamento aos educadores para cada aluno alfabetizado.

Os objetivos principais do Ministério da Educação são, além de erradicar o analfabetismo, consolidar uma política nacional de alfabetização e garantir continuidade do processo de escolarização através de oferta de vagas na área de Educação de Jovens e Adultos, tanto no sistema público estadual, quanto no sistema público municipal. A continuidade dos estudos após a alfabetização é uma das preocupações da Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), do Ministério da Educação. A articulação entre o Brasil Alfabetizado e a Educação de Jovens e Adultos é colocada como essencial para sanar a dívida histórica com milhões de brasileiros que não tiveram oportunidade de estudar por diferentes motivos.

Segundo dados do Ministério da Educação, 1.668.253 pessoas foram atendidas pelo programa, em 2003 e 1.717.229 ao todo, em 2004. A meta do Brasil Alfabetizado para 2005 é a de atender 2,2 milhões de jovens e adultos.

6. LETRAVIVA

Como extensão do Programa Brasil Alfabetizado, do atual governo, criou-se no município de Campinas, em 2004, o projeto Letraviva, foco principal do presente trabalho.

Originado a partir de um convênio estabelecido entre o município, o Ministério da Educação-MEC, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento-FNDE, que tem como objetivo estender territorialmente a Campanha e as ações alfabetizadoras, o projeto, apesar de sua implementação estar sob responsabilidade da Fundação Municipal para Educação Comunitária- FUMEC , e da Secretaria Municipal de Educação de

Campinas, conta com repasses financeiros feitos pelo governo federal aos estados e municípios.

O primeiro convênio realizado entre o Brasil Alfabetizado e o município se deu na gestão do então chamado “governo democrático popular”, aos cuidados da Prefeita Isalene Tiene, do Partido dos Trabalhadores. Apesar da mudança de gestão em janeiro de 2005, o projeto Letraviva teve continuidade, pois o novo Prefeito eleito Dr. Hélio de Oliveira Santos reafirmou o convênio que havia sido feito.

CAPÍTULO IV

PROJETO LETRAVIVA

O Letraviva teve até hoje duas etapas concretizadas, e está iniciando a mobilização para realizar a terceira etapa, sob responsabilidade de uma coordenadoria diferente, pois após as eleições houve algumas mudanças nos cargos administrativos do projeto. A duração de cada etapa é de oito meses, subentende-se então, que o processo de alfabetização deve ocorrer dentro desse curto espaço de tempo.

Com relação a estrutura e a organização do projeto, há uma equipe de apoio, formada na maioria das vezes por estagiários, que auxilia tanto na mobilização de novos educandos, quanto na articulação entre as turmas, na organização de documentos, atendimento ao público, e acompanhamentos dos grupos em exercício, que são realizados através de visitas freqüentes.

O processo de mobilização se dá de diferentes formas, através de panfletagens, de reportagens em jornais e na televisão, através de cartazes fixados em locais de grande acesso como pontos de ônibus, prefeitura, hospitais, e através também de visitas a associações de bairro, movimentos sociais, residências e instituições. Essa mobilização busca não só a formação de grupos de analfabetos dispostos a freqüentar o projeto, como também a participação de alfabetizadores populares, voluntários, para atuar no programa visto que esse não possui um quadro de professores, pelo contrário basea-se no trabalho com educadores populares, membros das comunidades locais.

O educador popular leciona durante quatro dias na semana, de segunda a quinta-feira, e apesar de ser visto como voluntário recebe uma bolsa auxílio com o ínfimo valor de cento e vinte reais, mais a quantia de sete reais por educando do grupo, entretanto esse recurso muitas vezes é repassado com um certo atraso, e há meses que esse repasse

simplesmente não acontece, o que causa uma certa revolta, e até algumas desistências desses alfabetizadores, pois muitos se inscrevem no projeto somente por causa da bolsa, seja por estarem desempregados, por estarem aposentados, com dívidas, e assim por diante.

Não há nenhum processo de seleção para o cadastramento de educadores, justamente por esse trabalho ser visto como voluntário, como já foi dito. Dessa forma, todos que apresentaram a documentação solicitada, que se inscreveram dentro do prazo estipulado, e que possuíam autorização de alguma entidade que tivesse cedido o espaço para o encontro dos grupos, foram cadastrados (ANEXO I).

Os alfabetizadores devem participar do processo de mobilização a fim de alcançar um maior número de alunos em sua turma, visto que são esses que ficam responsáveis pela formação de cada grupo. Para ter facilidade de acesso, os educandos dirigem-se aos grupos mais próximos dos locais onde moram ou trabalham.

São oferecidos aos educadores dois cursos, o de formação inicial, com carga horária de trinta horas, e o de formação permanente, que acontece durante toda etapa, uma vez na semana, com duração de duas horas e meia por encontro. No curso de formação permanente são realizados estudos, reflexões e orientações aos educadores, visto que nesses dias ocorre o encontro desses com a coordenação, e a equipe de apoio do projeto.

Segundo a coordenação do Letraviva, procura-se, nesses encontros, promover espaços de trocas de saberes e experiências, acompanhados de reflexões teóricas, que auxiliam os alfabetizadores a buscar novas práticas educativas, e a entender o processo de alfabetização não só como codificação e decodificação. No curso de formação que aconteceu na segunda etapa foram abordados alguns temas como, alfabetização e

letramento, função social da leitura e da escrita, e concepção de Educação através de dimensões políticas, éticas e estéticas.

O uso de material didático fica a critério de cada educador popular, ou seja, os recursos que serão usados na alfabetização são escolhidos livremente por eles, muitos acabam por utilizar bíblias ou cadernos de receita como suporte para o trabalho a ser realizado.

O Ministério da Educação além de enviar recursos financeiros, estabelece também critérios, diretrizes, e fornece um manual destinado a orientar a elaboração do plano pedagógico, que devem ser seguidos na estruturação do projeto. Como pode-se perceber, o projeto Letraviva segue cautelosamente as regras e parâmetros estabelecidos pelo Brasil Alfabetizado.

No final de cada etapa são enviados ao MEC relatórios, que tem como finalidade a avaliação do desenvolvimento programa.

1. O LETRAVIVA ATRAVÉS DOS DADOS

Para que se tenha um melhor entendimento com relação a estrutura do Letraviva, serão colocados alguns dados quantitativos extraídos da ficha cadastral da segunda etapa do programa (ANEXO II), que foi concluída no final do ano de 2004, ainda sob responsabilidade da antiga coordenação:

Tabela 1
Cadastros de Educadores e Educandos

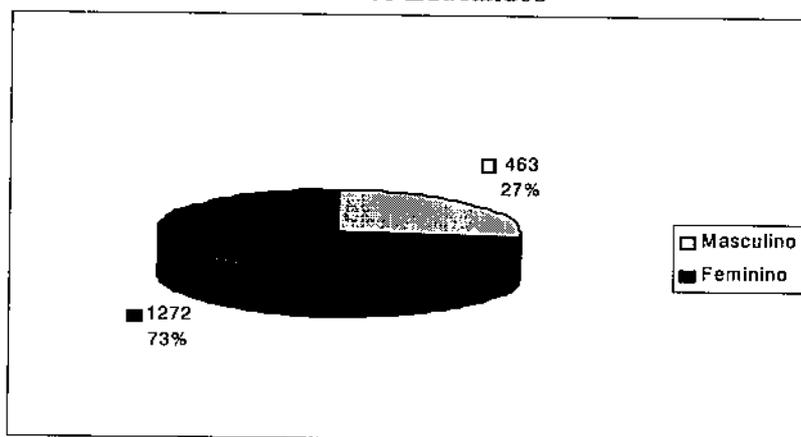
	Quantidade
Educadores	94
Turmas	108
Educandos	1735

Fonte. Projeto Letraviva -2004

Nos gráficos de 1 a 7 estão demonstradas, por meio de dados estatísticos, características dos educandos cadastrados no projeto, tais como sexo, idade, naturalidade, raça, zona de habitação, escolarizados, e motivos pelo qual esses educandos abandonaram os estudos.

No gráfico 1 verifica-se que a maior parte dos alunos cadastrados são mulheres, totalizando setenta e três por cento dos adultos. Esse dado é facilmente explicado, pois culturalmente as mulheres eram criadas somente para procriar e cuidar do lar, não sendo vistas como cidadãs de direito, dessa forma eram privadas, dentre tantas coisas, do acesso a Educação, o que acabou gerando índices elevados de analfabetismo entre o sexo feminino.

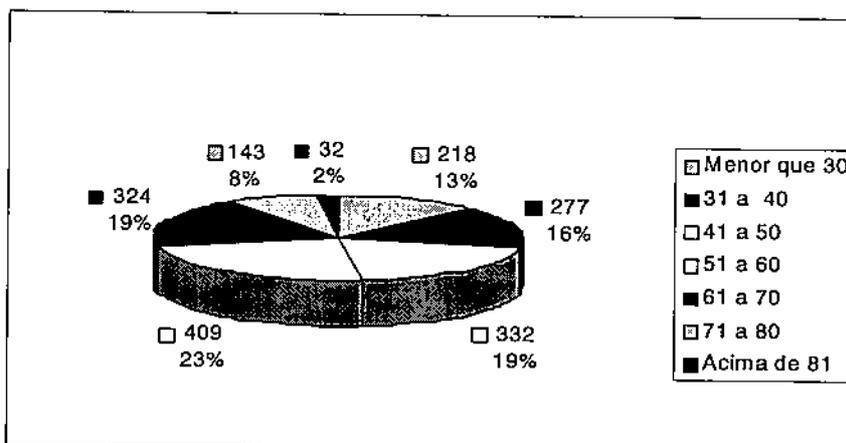
Gráfico 1
Sexo dos Educandos



Fonte. Projeto Letraviva- 2004

É relativamente pequeno o número de idosos que freqüentaram o projeto, como pode-se perceber no gráfico 2 , apenas dois por cento do total de educandos. A grande maioria dos adultos está em idade produtiva, entre trinta e sessenta anos.

Gráfico 2
Idade dos Educandos

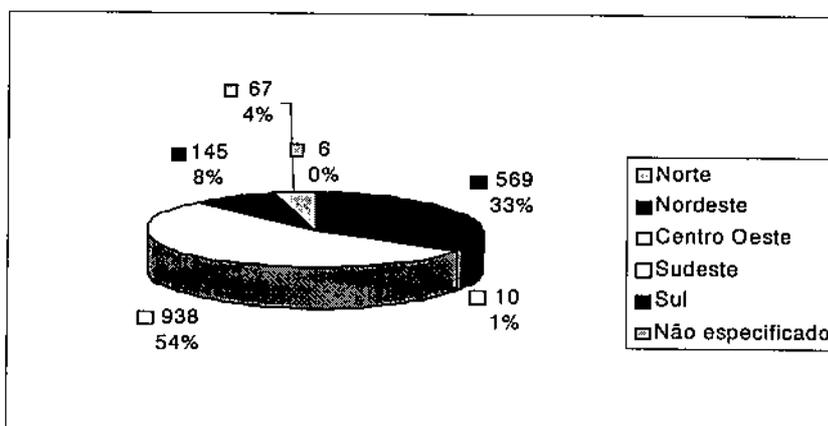


Fonte. Projeto Letraviva- 2004

Cinqüenta e quatro por cento dos adultos analfabetos nasceram na região sudeste, apesar do enorme número de imigrantes vindos da região nordeste para a grande São Paulo. Embora haja essa característica nos educandos do projeto Letraviva, não se pode esquecer que segundo pesquisas realizadas pelo IBGE (ANEXOIII), a região nordeste possui a maior taxa de analfabetismo do país.

A partir do gráfico três passa a se apresentar entre os itens dados não especificados, pois grande parte dos adultos, quando preencheram a ficha cadastral deixaram em branco algumas respostas.

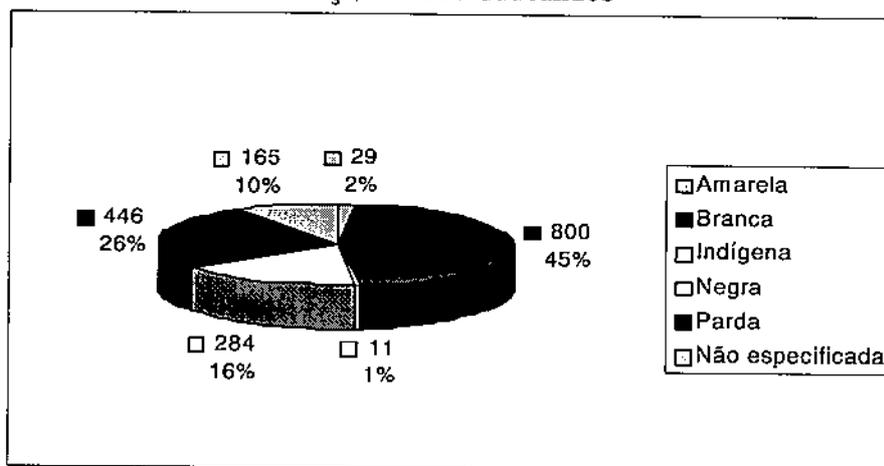
Gráfico 3
Naturalidade dos Educandos



Fonte. Projeto Letraviva- 2004

Segundo dados do Censo 2000 do IBGE, a taxa de analfabetismo entre a população negra era de vinte por cento contra oito virgula três por cento na população branca, entretanto os dados levantados pelo projeto Letraviva apresentaram resultados diferentes no município de Campinas, pois quarenta e cinco por cento dos educandos participantes da segunda etapa eram brancos, como pode-se observar no gráfico abaixo.

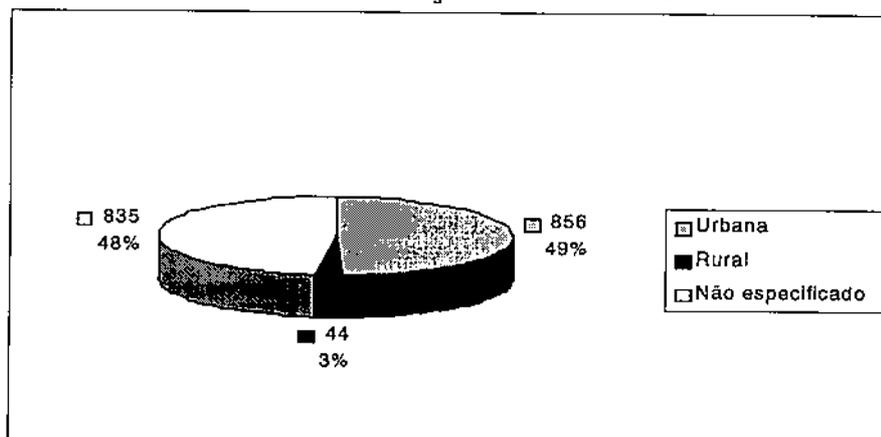
Gráfico 4
Raça/Cor dos Educandos



Fonte. Projeto Letraviva

O número de adultos da zona rural apresentados no gráfico 5 é ínfimo com relação a zona urbana, entretanto nesses dados há uma grande porcentagem de dados não especificados, o que impossibilita uma análise mais profunda.

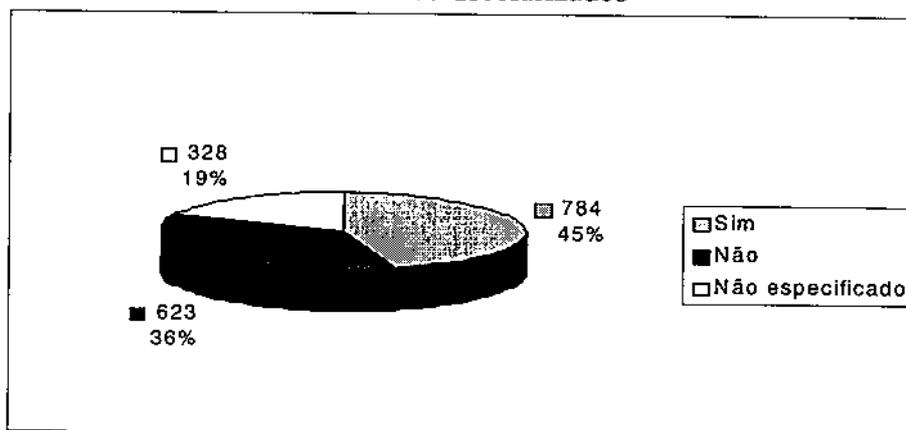
Gráfico 5
Zona de Habitação dos Educandos



Fonte. Projeto Letraviva

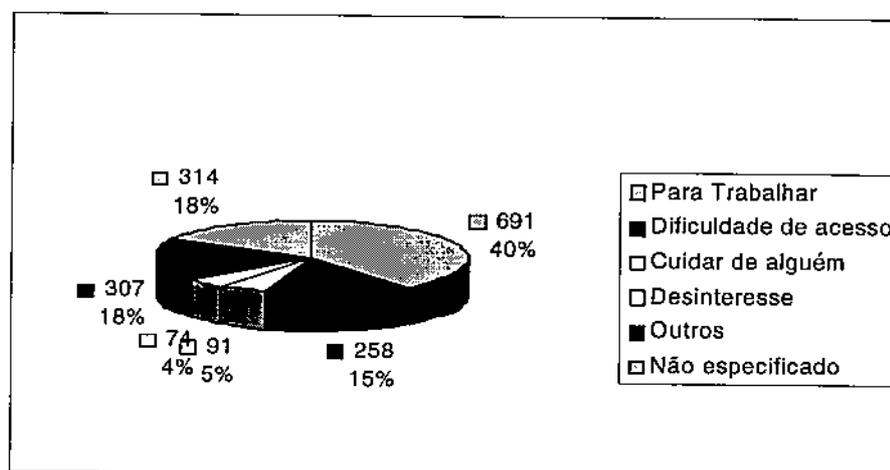
Os gráficos 6 e 7 mostram que quarenta e cinco por cento dos educandos adultos já haviam freqüentado instituições escolares, entretanto a grande maioria teve que interromper os estudos para trabalhar, o que mostra, mais uma vez, que o analfabetismo é o reflexo de uma falha estrutura sócio econômica.

Gráfico 6
Educandos Escolarizados



Fonte. Projeto Letraviva

Gráfico 7
Motivos da interrupção dos estudos



Fonte. Projeto Letraviva- 2004

2. FUMEC E LETRAVIVA: um caminho para a continuidade

A FUMEC-Fundação Municipal para a Educação Comunitária, foi criada em 1987, e é uma fundação de direito público, que tem como objetivos principais o oferecimento de programas de alfabetização, de educação profissionalizante, e de educação de jovens e adultos, em Campinas.

O recurso do Brasil Alfabetizado é enviado do MEC e do FNDE para a Secretaria Municipal de Educação de Campinas, e fica sob posse da FUMEC. Esse montante, no entanto, destina-se somente ao pagamento dos educadores populares, e à preparação dos cursos de formação. O restante das despesas é assumido pela prefeitura via Fundação (que é um setor da prefeitura), dessa forma há uma supervisão administrativa da direção da FUMEC sob o Letraviva.

Não há supervisão da Fundação com relação ao trabalho pedagógico que vem sendo desenvolvido.

Justamente por ser o órgão do município responsável pelo oferecimento de supletivos de primeira a quarta série, do ensino regular, aos adultos, é que se pretende encaminhar os alunos do projeto letraviva à FUMEC, na tentativa de possibilitar continuidade ao processo iniciado. Dessa forma, antes dos educandos concluírem a etapa, e receberem os certificados de participação que são distribuídos, os educadores recebem uma ficha de indicação de encaminhamento dos adultos à FUMEC. Esses encaminhamentos são ressaltados pela coordenação do projeto, e tem suma importância no ponto de vista das coordenadoras desse. A continuidade dos educandos do Letraviva fica sob responsabilidade da Fundação (junto a prefeitura), bem como o oferecimento de vagas e a abertura de salas, para que os adultos possam prosseguir os estudos que foram retomados, no ensino regular.

A FUMEC e o Letraviva organizam suas atuações através da divisão de regiões de Campinas, onde se encontram as NAEDs.

Foram encaminhados ao término da segunda etapa, segundo os dados do projeto, quinhentos e setenta e seis educandos para a FUMEC. Em alguns locais já havia salas abertas, entretanto em outros foram solicitadas a abertura dessas. É importante lembrar que os educandos freqüentavam grupos próximos ao trabalho ou as suas residências, devido a facilidade de acesso, portanto para continuar seus estudos necessitavam de classes também em locais de fácil acesso, visto que muitas vezes não possuem dinheiro e tempo disponíveis para o deslocamento.

A tabela abaixo mostra o número de encaminhamentos por região, o número de educandos que foram imediatamente acolhidos, por possuir salas de aula em seu bairro, e o número de educandos que não tiveram para onde ser encaminhados solicitando assim abertura de novos espaços escolares.

Tabela 2.
Quantidade de alunos encaminhados para a FUMEC

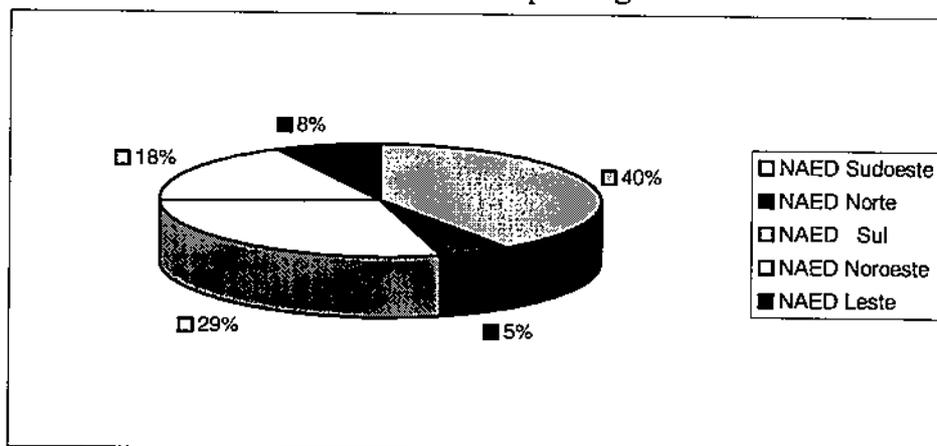
	NAED Sudoeste	NAED Norte	NAED Sul	NAED Noroeste	NAED Leste
Quantidade de alunos encaminhados em locais que já tem FUMEC	110	31	47	41	12
Quantidade de alunos encaminhados em locais que necessitavam aberturas de salas	122	0	118	62	33
Total de encaminhamentos realizados por região	232	31	165	103	45

Fonte: Projeto Letraviva-2004

Percebe-se que a maioria dos educandos adultos que foram encaminhados não encontrou local para dar continuidade ao processo educativo que havia iniciado, ficando novamente a deriva. Foram solicitadas, ao todo, vinte e sete salas à FUMEC, entretanto foram abertas somente onze. A região mais beneficiada com essas aberturas foi a

Sudoeste, que com o maior número de educandos encaminhados, recebeu cinco novas salas.

Gráfico 8
Encaminhamento por Região



Fonte: Projeto Letraviva- 2004

É importante ressaltar que a prefeitura do município só autoriza a abertura de salas quando se tem no mínimo quinze alunos, caso contrário, até mesmo as salas já existentes são fechadas. Com relação aos encaminhamentos do projeto, a grande parte das turmas que necessitavam desses locais possuía quinze pessoas ou mais.

CAPÍTULO V

ANÁLISE DE DADOS

Após serem colocados todos os dados sobre a estrutura e organização do projeto Letraviva, faz-se necessário uma análise aprofundada desses, para que haja uma melhor compreensão do que de fato propõe o projeto, de como ocorre, e do tipo de Educação proposta pelo programa de governo.

A ação governamental propõe o combate e a erradicação do analfabetismo através de Campanhas de alfabetização, como uma medida emergencial, entretanto na opinião de Pinto (2000) não deveriam existir Campanhas, pois essas partem do conceito do analfabeto como “inimigo”, e do analfabetismo como epidemia, e acabam tendo um valor simbólico e paliativo, porque não atuam sobre as causas sociais e econômicas que geram o problema.

Embora tenha havido pouquíssimas mudanças na estrutura dos programas, desde o MOBREAL, a visão que se tinha dos adultos analfabetos se alterou com o decorrer dos anos; se antes eram considerados marginais pelo sistema, hoje são vistos como frutos de uma injustiça social, da negação de um direito que não pôde ser usufruído. Essa mudança aparece claramente na fala exposta abaixo de uma das coordenadoras do programa:

“A gente tenta conscientizar a população que não é culpa deles serem analfabetos, tem toda uma carga histórica envolvida...”.(trecho da entrevista- ANEXO IV- coordenadora B)

Diante disso, o analfabetismo é um problema tanto educacional, quanto político, e deve ser encarado como tal através de uma visão crítica, pois a concepção crítica é a única que conduz a mudanças da realidade do homem. Não é possível planejar a educação de jovens e adultos, sem ter em vista um conjunto de valores políticos e econômicos que influem sobre ela, e os efeitos que dela resulta sobre os demais aspectos da realidade social. A educação em cada fase da evolução histórica é sempre um produto cultural da sociedade, e reflete os interesses nela dominantes. O tipo de homem que cada espécie de educação visa formar é variável com a constituição social.

Durante a entrevista realizada uma resposta se sobressaiu com relação ao projeto, pois ia à contramão de tudo que foi dito acima:

“O projeto iniciou-se com uma função mais política, e na verdade hoje ele não é político, ele é puramente educativo”. (trecho da entrevista- ANEXO IV- coordenadora A)

Freire (2001) posiciona-se contra o mito da neutralidade da educação, ela entendida como um fazer puro, que leva a negação da natureza política no processo educativo como foi colocado nessa fala. Segundo o educador, não é possível pensar a educação sem que se esteja atento a questão do poder. É preciso que os profissionais da educação assumam sua opção política e sejam coerentes com ela na prática.

Apesar dessa contraditória negação da questão política do projeto, a coordenação desse mostrou ter conhecimento da historicidade das Campanhas, e do que essas visavam quando foram propostas. A preocupação de cunho político com a formação de novos contingentes eleitorais, bem como a superficialidade da educação proposta foi citada pela coordenação do projeto, que afirmou não existir mais essa visão atualmente, usando com exemplo Paulo Freire, e o trabalho de alfabetização de adultos crítico, político e desvelador da realidade, por ele proposto em suas obras, e vivificado.

As coordenadoras do projeto Letraviva possuem trajetórias profissionais diferentes. Embora ambas sejam pedagogas, uma já havia trabalhado na área de Educação de jovens e adultos lecionando em supletivos, enquanto a outra tinha experiência somente com o ensino fundamental, mas apesar de ter trabalhado somente com a alfabetização de crianças essa reconhece que alfabetizar crianças e adultos não é a mesma coisa, pois o adulto possui especificidades bio-psico-sociais distintas. Nota-se, entretanto, um enorme interesse de aprofundamento das profissionais na área, inúmeros cursos tem sido feitos, bem como leituras de bibliografias relacionadas ao tema, para que melhor compreendam o público com quem trabalham.

Uma questão de extrema relevância, não só no projeto, como também nas Campanhas em geral, que precisa ser analisada é a substituição de professores por educadores populares, pessoas sem formação específica, cadastradas como voluntárias no processo de alfabetização. Devido a pouca valorização social que a Educação de jovens e adultos têm, as instituições e programas encarregados da “produção do conhecimento” nessa área, acabam contando com poucos aparatos tanto no campo teórico, quanto no campo financeiro, advindos do governo, o que acaba ocasionando uma educação de baixa qualidade, ou seja, uma educação de segunda categoria.

A escolha de voluntários para desenvolver o trabalho educativo nos programas de alfabetização, faz parte de uma estratégia de governo que garante o barateamento dessas ações compensatórias, minimizando assim a responsabilidade do poder público.

A capacitação oferecida aos alfabetizadores cadastrados são de pouco tempo, e acabam dando a esses somente noções básicas e superficiais sobre Educação de jovens e adultos.

A falta de profissionais qualificados para atuar com educandos adultos é justificada através da visão ingênua que se tem em torno desses educadores populares,

que acabam assumindo um papel mais assistencialista, do que educativo, como se pode perceber claramente na citação abaixo retirada da entrevista:

“Eles (educadores populares) não são aqueles assim que chegam e só dão aula, eles sempre estão fazendo outra coisa com os educandos, indo atrás de documentos, levando em posto de saúde, providenciando óculos, as vezes até casamento no civil...” (trecho da entrevista- ANEXO IV).

É interessante que haja um vínculo entre o educador e os educandos, e que esse seja da própria comunidade, entretanto há que se ter clareza com relação ao papel que o educador deve desempenhar no processo educativo, e o tipo de educação a ser oferecida. As ações não devem ser confundidas.

O educando adulto possui muitas especificidades, que devem ser consideradas para que o processo ensino-aprendizagem obtenha êxito, para tanto é preciso profissionais especializados, que desenvolvam trabalhos de qualidade, esforçando-se para propor métodos mais adequados de ensino.

Segundo Pinto (2000) a principal tarefa do educador dotado de consciência crítica é o incessante combate as formas de alienação que afetam a sociedade, principalmente as que imperam na educação. Somente a educação não alienada pode proporcionar mudanças na realidade do homem. É preciso uma ruptura com as concepções ingênuas. A alfabetização deve ir além do ensino da leitura da palavra, como vem acontecendo.

Com relação a possibilidade de continuidade do processo de alfabetização iniciado do projeto Letraviva no ensino regular, ainda há muitos pontos que precisam ser revistos para que de fato esses encaminhamentos ocorram.

Tanto no projeto pedagógico do programa, quanto no discurso das coordenadoras desse, se faz presente a preocupação com relação ao oferecimento de vagas aos educandos concluintes, pois não há possibilidade do adulto aprofundar seus conhecimentos no projeto. De fato forma indicados ao encaminhamento quinhentos e

setenta e seis educandos, entretanto a maioria deles acabou se evadindo por não encontrar estruturas escolares, ou salas aptas a recebê-los.

A FUMEC, fundação responsável pela Educação de jovens e adultos, em Campinas, pelo oferecimento de ensino fundamental a esses adultos, acaba não atendendo toda a demanda advinda do projeto. Pôde-se perceber também através da pesquisa realizada, uma falta de interesse e preocupação por parte da coordenação da FUMEC, com relação a esses educandos encaminhados pelo projeto. Há uma total falta de controle de quantos desses adultos foram matriculados e continuaram seus estudos.

Foram abertas onze salas no início de dois mil e cinco, entretanto esse número ainda é insatisfatório, visto que havia necessidade de vinte e seis salas, para que todos os concluintes do programa tivessem para onde se dirigir.

Muitos dos educandos após se matricularem na FUMEC, ou após saírem do Letraviva acabaram se evadindo, desistindo novamente dos estudos. Isso acontece, segundo as coordenadoras do projeto, por diversos fatores, entre eles está a ausência de professores fixos nas salas de ensino regular, a presença de jovens que acabam desconcentrando o adulto com o barulho que fazem, o uso da metodologia inadequada, bem como a forma com que se organizam as escolas em si. Acontecimentos como esses deveriam ser discutidos, afim de encontrar a melhor solução para a minimização do problema. Entretanto, ao contrário do que se espera há uma competitividade entre o serviço do programa do governo e a fundação, quando deveria haver uma parceria entre os dois setores voltada a melhoria de qualidade e atendimento em prol da Educação de jovens e adultos no município de Campinas.

“É preciso que a sociedade tenha preparado todo o elenco de oportunidades de saber para ser adquirido pelo alfabetizado, depois de terminada sua alfabetização. Do contrario, a simples alfabetização é um jogo sem finalidade, um luxo social, que não recompensa a comunidade dos elevados custos que representam” (PINTO, 2000, p.85).

O que está em jogo é a premência de garantir a educação básica de qualidade a todos os brasileiros, entretanto o Brasil só vencera esse desafio quando aumentar o financiamento na educação.

Segundo Borges (2003), a continuidade pressupõe um movimento de alfabetização, e por isso as redes municipais ou estaduais precisam se preparar para receber os alfabetizandos que vem dos programas, caso contrário, ou as pessoas não conseguiram lugar para continuar sua escolarização, ou quando conseguirem se sentiram insatisfeitas com a proposta pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de alguns esforços, como o caso do Projeto Letraviva, no município de Campinas, há ausência de programas consistentes, consolidados em um plano nacional de educação, que de fato contribuam na correção da injustiça social decorrente do processo de exclusão.

A Educação de jovens e adultos oferecida atualmente tem como função não só ensinar a ler e a escrever, como também complementar a formação insuficiente dos adultos “culturalmente marginalizados”. Embora a atuação nessa área seja mais abrangente, o governo concentra suas ações no processo de alfabetização, pois tem seus interesses diretamente ligados à posição de prestígio, que ações como essas acarretam.

Como pode-se notar, a Educação de jovens e adultos, apesar dessas ações alfabetizadoras propostas, é um processo que exige continuidade e sedimentação, superando a dicotomia entre alfabetização e pós-alfabetização. Há necessidade de um trabalho extensivo que supere a perspectiva imediatista, que tem sido adotada pelo governo federal, na tentativa de erradicar o analfabetismo. Percebe-se que, apesar da necessidade da continuidade do processo de alfabetização iniciado, são poucos os educandos que conseguem encontrar espaço para prosseguir seus estudos, entretanto pouco se tem levado a sério essa necessidade, pois é preciso um fluxo contínuo de recursos para a manutenção dos programas, capacitação contínua dos educadores, e material didático.

Apesar de ser uma política que busca organizar e otimizar recursos sociais disponíveis em torno de ações focadas, as campanhas vêm se caracterizando numa perspectiva assistencialista, descontinuada e ineficiente, sobretudo em razão dos poucos recursos destinados a essas, e de uma metodologia que desperdiça recursos na formação de educadores não-qualificados nos programas.

Essas iniciativas alfabetizadoras desenvolvem-se através de parcerias, que se tornaram fenômenos extensos, muitas vezes encarados como naturais, entretanto, é preciso ressaltar, que essas parcerias resultam da redefinição do papel do Estado no financiamento e provisão de recursos sociais básicos, que deixaram abertas lacunas ocupadas por agentes sociais diversos. Nesse sentido, através do projeto Letraviva, notou-se no decorrer do trabalho a diminuição da responsabilidade do governo federal com relação ao financiamento das campanhas, à questão da continuidade no ensino regular, bem como, ao pagamento de serviços relacionados aos gastos dos programas, passando, então, a serem compromissos das prefeituras dos municípios.

Em suma, a falta de políticas públicas relacionadas à Educação de jovens e adultos acaba sendo camuflada através do oferecimento de serviços educativos superficiais e ingênuos como os propostos pelas campanhas, deixando esses adultos novamente à deriva de uma Educação de segunda categoria, que muitas vezes não vai além do processo de alfabetização. Entretanto, apesar de tantas limitações, a união entre esses programas e a rede regular de ensino seria uma das soluções possíveis para que esse cenário começasse a mudar, e, finalmente, andarmos, mesmo que a duros passos, rumo à redemocratização do país.

BIBLIOGRAFIA

BEISEGEL, Celso de Rui *Estado e Educação popular: um estudo sobre a Educação de adultos*. São Paulo: Pioneira, 1974.

BLACK, Emília. *Educação de adultos*. Tese de mestrado, Campinas: Unicamp, 1991.

BORGES, LIANA apud Síntese do debate *Alfabetização e analfabetismo: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

CHERINI, Claudinéia, e **FLORENCE**, Fernanda M. *Campanhas Nacionais de Alfabetização: Mobral, Fundação Educar, Alfabetização Solidária e Brasil Alfabetizado*. Campinas, 2005.

DI PIERRO, Maria Clara *Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos*. Revista Usp, 1999.

DI ROCCO, Gaetana M. Jovino *Educação de adultos: uma contribuição para seu estudo no Brasil*. São Paulo: Editora Loyola, 1979.

DURANTE, Marta. *Alfabetização de adultos: leitura e produção de textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Conscientização: Teoria e Prática da libertação. Uma introdução ao Pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 2001.

_____. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho d'Água, 2003

GADOTTI, Moacyr e **ROMÃO**, José Eustáquio. *Educação de jovens e adultos: Teoria, prática e proposta* - 6 ed. - São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

GIUBILEI, Sônia. *Trabalhando com adultos, formando professores*. Tese de Doutorado, Campinas: Unicamp, 1993.

JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. *Confronto Pedagógico: Paulo Freire e Mobraal - 2 ed.* – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

LUDKE, Menga & **ANDRÉ**, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.* São Paulo: EPU, 1986.

MIRANDA, Alair S. *Educação de jovens e adultos no Estado do Amazonas.* Manaus: EDUA, 2003.

OLIVEIRA, Marta K. *Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.* Trabalho apresentado na 22ª. Reunião anual da ANPED, Caxambu, 1999.

PAIVA, Vanilda P. *Educação popular e Educação de Adultos.* São Paulo: Loyola, 1987.

PEREIRA, Dulcinéia de Ferreira. *Educação Popular: uma experiência no cenário dos anos 90.* Tese de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1998.

PINTO, Álvaro Vieira *Sete lições sobre Educação de adultos.* São Paulo: Cortez, 2000.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão *Alfabetismo e atitudes: pesquisas com jovens e adultos.* Campinas: Papirus: São Paulo: Ação Educativa, 1999.

ROGERS, Jennifer. *Educação de Adultos.* São Paulo, Martins Fontes, 1976.

ROMÃO, José Eustáquio. *Educação de Jovens e Adultos: cenário e perspectivas.* Cadernos de EJA nº 5, Instituto Paulo Freire, 1999.

SALES, Sandra Regina. *MOVA- Movimento de alfabetização de jovens e adultos: um pouco de sua história no Rio de Janeiro in RIBEIRO. Vera Masagão. Educação de jovens e adultos: Novos Leitores, Novas leituras.* Campinas, SP: Mercado de letras: Associação de leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001.

Seminário Internacional Educação de jovens e Adultos. MEC. São Paulo, 1996.

Síntese do debate: *Alfabetização e analfabetismo: desafios para as políticas públicas.* São Paulo: Ação Educativa, 2003.

SOARES, Leôncio José Gomes. As políticas da Eja e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos *in* **RIBEIRO. Vera Masagão.** *Educação de jovens e adultos: Novos leitores, Novas Leituras.* Campinas, SP: Mercado de letras: Associação de leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001

VIEIRA, Márcia Lima *Poder público e educação de adultos: Alfabetização Solidária, primeiros passos de um programa antigo.* Piracicaba, S.P. Tese de Mestrado, 2001

YAMASAKI, Alice Akemi e SANTOS, Eliseu Muniz. A educação de jovens e adultos no Brasil: históricos e desafios. Cadernos de EJA n°2, 1999

4° Conferência Internacional de Educação de adultos. Paris, França, 1985

5° Conferência Internacional de educação de Adultos, Hamburgo, Alemanha, 1997

ANEXO I

LETRAVIVA

FICHA DE INSCRIÇÃO DE EDUCADOR

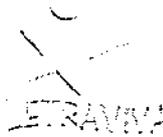
DADOS PESSOAIS			
No. inscrição:	Nome:	Data de nasc.:	
R.G.:	C.P.F.:	Sexo:	<input type="checkbox"/> MASCULINO <input type="checkbox"/> FEMININO
Pai:			
Mãe:			
Escolaridade:		Profissão:	
<input type="checkbox"/> Primeiro Grau Completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto			
ENDEREÇO RESIDENCIAL			
Endereço:			Número:
Complemento:		Bairro:	
Cidade:	Estado:	CEP:	Telefone: ()
LOCAL DE ATUAÇÃO			
UF:	CIDADE:	CEP:	
Complemento:		Bairro:	
Cidade:	Estado:	CEP:	Telefone: ()
INFORMAÇÕES GERAIS			
O que faz acustments?		Local de trabalho:	
Número de filhos:			
Está estudando atualmente?		Nome da Escola:	
<input type="checkbox"/> 1-SIM <input type="checkbox"/> 2-NÃO		Série:	
		Horário: <input type="checkbox"/> 1-MANHÃ <input type="checkbox"/> 2-TARDE <input type="checkbox"/> 3-NOITE	
Atua ou Participa de Movimento Social? <input type="checkbox"/> 1-NO BAIRRO <input type="checkbox"/> 2-NA CIDADE Qua			
Participa ou é membro de Entidade ou Conselho? <input type="checkbox"/> 1-SIM <input type="checkbox"/> 2-NÃO Qua			
Tem ou teve experiência com educação popular? <input type="checkbox"/> 1-SIM <input type="checkbox"/> 2-NÃO Ond			
Horário disponível para atuar como Educador: <input type="checkbox"/> 1-MANHÃ <input type="checkbox"/> 2-TARDE <input type="checkbox"/> -NOITE			

Local e data

Assinatura



ANEXO II



FICHA DE INSCRIÇÃO DO EDUCANDO

DADOS PESSOAIS			
Nro. inscrição:	Nome:	Data de Nasc.:	
Documento:	<input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CERTIDÃO DE NASC <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> OUTRO: QUAL? _____	Número do Documento:	Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
Mãe:			
Pai:			

NATURALIDADE E PROFISSÃO			
UF:	Cidade:	Raça/Cor:	<input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Negra <input type="checkbox"/> Parda
Profissão:	<input type="checkbox"/> Assalariado <input type="checkbox"/> Desempregado <input type="checkbox"/> Trabalhador Rural	<input type="checkbox"/> Trabalhador Urbano	<input type="checkbox"/> Outro

ENDEREÇO RESIDENCIAL			
Rua:			Número:
Complemento:	Bairro:		
Cidade:	Estado:	CEP:	Telefone: ()
Zona: <input type="checkbox"/> Rural <input type="checkbox"/> Urbana	Frequenteou Escola?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Onde de Anos: Onde de Meses:
Por que motivos parou de estudar? <input type="checkbox"/> PARA TRABALHAR <input type="checkbox"/> PARA CUIDAR DE ALGUÉM EM CASA <input type="checkbox"/> MORAVA LONGE DA ESCOLA <input type="checkbox"/> NÃO OUSTA DE IR À ESCOLA <input type="checkbox"/> OUTROS			

INFORMAÇÕES GERAIS			
Número de filhos:	Quantos estudam? 1-ED. INFANTIL 2-1ª A 4ª SÉRIE 3-5ª A 8ª SÉRIE 4-SUPLETIVO 1ª A 2ª 5-ENS. SUPERIOR		
Qual o horário de preferência para frequentar o grupo?	Das _____ h às _____ h	Das _____ h às _____ h	Das _____ h às _____ h
Participa do Programa Bolsa Família do Governo Federal? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO			

IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO	
ENTIDADE:	CNPJ:
GRUPO	
Endereço do Grupo	Bairro:
Região:	

Local e data
Ministério da Educação



ANEXOIII

TAXAS DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS 1996/2001

Unidade geográfica	Ano		
	1996	1998	2001
Brasil	14,7	13,8	12,4
Norte	12,4	12,6	11,2
Nordeste	28,7	27,5	24,3
Sudeste	8,7	8,1	7,5
Sul	8,9	8,1	7,1
Centro-oeste	11,6	11,1	10,2

Fonte: IBGE – PNADs de 1996 , 1998 e 2001

ANEXO IV

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM AS COORDENADORAS PEDAGÓGICAS DO PROJETO LETRAVIVA

VOCÊS TIVERAM ALGUMA FORMAÇÃO QUE TENHA DADO SUPORTE PARA QUE COMPREENDAM O PÚBLICO COM QUE TRABALHAM? QUAL?

A: Bom, eu sempre trabalhei com educação de jovens e adultos, não no projeto Letraviva, trabalhei no Estado, na época era supletivo, no Sesi também foi suplência, então eu tenho essa formação. Ai, estudando também a parte para poder estar desenvolvendo um trabalho com jovens e adultos. E dentro do projeto nós estamos conhecendo essa proposta também do trabalho dos educadores populares, que é um trabalho muito interessante...

B: Olha, eu não tive nenhuma formação e nem trabalhei com adultos. Tenho muita experiência com alfabetização, de crianças, por isso fui escolhida. Sei que não é a mesma coisa, por isso leio muito né? Tenho frequentado vários cursos, palestras, pra tentar me interar, ter cada vez mais conhecimento sobre com trabalhar, lidar da melhor forma com esses adultos.

EM SEU PONTO DE VISTA O CENÁRIO E OS OBJETIVOS DAS CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO SOFRERAM ALGUMA MUDANÇA DESDE A ÉPOCA DO MOBRAL ATÉ O PROGRAMA ATUAL BRASIL ALFABETIZADO?

A: Olha, dentro do próprio projeto Letraviva mesmo nos podemos avaliar isso né? O projeto Letraviva ele iniciou-se com uma função mais política, e na verdade hoje ele não é político, ele é puramente educativo, então a proposta minha e da Priscila dentro do projeto não tem vínculo nenhum político, ela tem vínculo puramente educativo, agente visa só a educação de jovens e adultos.

COMO SÃO VISTOS OS SUJEITOS ANALFABETOS ATUALMENTE PELA CAMPANHA BRASIL ALFABETIZADO E PELO PROJETO LETREVIVA?

B: Bom, pelo projeto de uma forma muito positiva né? Agente tenta realmente conscientizar a população que não é culpa deles serem analfabetos, tem toda uma carga de histórico... Mesmo assim da questão histórica do país eu vejo né, toda historia de educação no Brasil traz que Campinas e outras cidades brasileiras tenha tanto número de analfabetos, a questão econômica, muitas pessoas não se alfabetizaram porque tiveram que parar de estudar para ajudar os pais, a questão cultural também, por exemplo Campinas da estatística que a gente fez a maior porcentagem é de mulheres analfabetas, segundo os nossos números daqui do projeto, ai então a gente percebe que a questão cultural é muito forte também, por que elas alem de ter todo problema histórico em relação a educação tem a questão cultural em relação ao sexo também de que mulher não precisava estudar, sendo que a maioria dessas mulheres é acima de cinqüenta anos. Então agente tenta conscientizar a população e eles acham que a culpa é deles, que não conseguiram aprender, ou por algum motivo foi culpa do pai, mas eles se culpam também, então a gente tenta fazer um trabalho de levantar a auto-estima deles também,

e de mostrar a população, que não tem nenhum problema, a questão é mais pessoal mesmo, do ganho que ele talvez não está aproveitando, todos os direitos dele, não tem porque não poder, e a questão do analfabetismo é uma questão, não é um fato isolado, dentro dessa questão você vê a população com outras necessidades, outros direitos que foram excluídos ao longo do tempo, agente não pode enxergar o analfabetismo como uma coisa isolada.

VOCES ACHAM QUE O ANALFABETO AINDA É VISTO COMO MARGINAL?

B: Hoje em dia é difícil você ouvir uma coisa dessa né? É uma outra visão, acho que antigamente isso acontecia para jogar a culpa do analfabetismo na população, pra esconder a verdadeira causa do problema.

A: Hoje está muito claro que essa questão é uma questão onde o indivíduo ele é vítima, então todo mundo hoje tem uma preocupação, e quer ajudar nesse processo de estar introduzindo o pessoal na educação, é uma preocupação hoje bem forte, inclusive de políticos, porque antigamente os políticos gostavam da pessoa bem, bem “burrinha”, mas hoje você vê os políticos mesmo preocupados com isso.

B: Acredito que essa visão é antiga, as campanhas começaram com se estivessem fazendo um bem para população, como se fosse um favor, mas no fundo no fundo o que eles estavam querendo? o problema era político porque as pessoas não podiam e não sabiam votar, era uma questão política....A população não sabia e não podia votar,

começou a democracia e aí? As campanhas eram propostas com o intuito de somente formar contingentes eleitorais, eram superficiais, mas aos poucos isso foi mudando.

A: Mudou mesmo, isso você vê até em Paulo Freire, quando ele começou um projeto de alfabetização de adultos, político, crítico, onde o indivíduo fazia parte de um processo, o que aconteceu com ele em sessenta e quatro? Mas depois os movimentos, a escola retomou a Filosofia de Paulo Freire, hoje todo mundo contempla Paulo Freire.

COMO SÃO REALIZADOS OS ENCAMINHAMENTOS, PARA A FUMEC, DOS EDUCANDOS QUE CONCLUÍRAM A ETAPA DO PROJETO LETRAVIVA? TODOS SÃO ENCAMINHADOS?

B: É uma coisa automática né? Vou falar como foi na segunda etapa, não sei se agente vai fazer exatamente assim na terceira, na segunda agente pede para os educadores, passamos uma ficha, primeiro agente faz todo um trabalho de conscientizar da importância, que é uma coisa que o próprio MEC tem colocado no programa, não é só como já aconteceu nos outros programas alfabetizar em um momento e pronto acabou. Não o MEC orienta bastante como objetivo mesmo do programa, estar encaminhando essas pessoas para o ensino formal, então a gente fez toda essa conscientização dos educadores, dos educandos, (agente espera estar intensificando isso agora nessa terceira etapa) para que eles realmente quisessem ir para FUMEC, não foi uma coisa forçada.

Aí demos uma ficha, foi mais ou menos uma pré matrícula, em que tinha o nome do educador, o local de aula, e o educador ia colocar então os nomes daqueles educandos que queriam continuar os estudos. Teve assim, mais ou menos um terço, que aderiram a

esse chamado, vamos dizer assim. E ao fazer matrícula teve turmas inteiras que quiseram, deram o nome, para estar continuando.

A: É e teve também uma característica bacana dos próprios educadores, porque tem muito educador que estava em um local que só teria uma sala, ele abriu mão de ficar naquele local, porque para ele o objetivo maior era o aluno não interromper o processo iniciado. Eles disseram: “Não, não tem problema, depois eu procuro um lugar pra mim, pode montar uma sala da FUMEC aqui”, porque não tinha FUMEC próximo, então quer dizer, eles abraçaram mesmo. Quem faz isso? O educador popular faz (risos).

B: O educador popular já está engajado em outras ações populares, em outros movimentos, associação de bairro, na igreja, sabe, é difícil aquele cara que vem para o projeto assim cru, que nunca teve experiência em movimento popular.

A: Pelo menos catequista...Eles têm algum envolvimento já com a comunidade

B: Eles não são aqueles assim, que chegam e só dão a aula, eles sempre estão fazendo outra coisa com os educandos, indo atrás de documentos, levando em posto de saúde, providenciando óculos, as vezes até casamento civil...Eles fazem coisas interessantes, eu fico as vezes até constrangida, como que eles fazem tanto, e parece que a gente faz tão pouco.

A: Mesmo agente trabalhando no projeto a gente sai daqui e vai cuidar da vida da gente.

B: E pelo fato deles estarem inseridos na comunidade, eles são uma referência, outro dia tinha uma educadora fazendo inscrição do grupo dele e ligou uma pessoa querendo saber se ela já tinha falado com um vereador...Então eles são agentes mesmo do bairro né?Então essa estratégia do educador ser da comunidade e ir atrás dos educandos tem sido interessante assim em vários aspectos, ele não faz só o trabalho de alfabetização, ele acaba se envolvendo mesmo com a comunidade.

HÁ CASOS DE PESSOAS QUE NÃO SÃO ALFABETIZADAS NESSE PERÍODO RELATIVAMENTE PEQUENO, DE OITO MESES?

A: Há sim, só que o aluno que não consegue se alfabetizar ele pode permanecer no projeto, mas também ele pode ir para a FUMEC, porque a FUMEC também recebe o aluno que não é alfabetizado. Mas nós demos prioridade para encaminhar para a FUMEC os alunos alfabetizados, fizemos o pré-teste para os alunos do letraviva, e o MEC autorizou os alunos que não foram alfabetizados permanecerem no projeto, participando de uma outra etapa no próprio grupo que ele já estava.

B: Agora alguma coisa ele sempre aprende, ele sempre se desenvolve de alguma forma. Se a gente considerar a alfabetização como um processo, não só a questão final, ele se tornar alfabetizado, com certeza ele sempre se desenvolve, não existe um caso de gente que entrou no programa e saiu do mesmo jeito que entrou.A gente não pode entender a alfabetização só como o processo final né?

Aconteceu também de gente que quis ir para a FUMEC, mesmo sem estar alfabetizada, tiveram alguns casos... Agente orientou assim, que todo mundo fosse para a FUMEC,

porque o que a gente queria nessa nova etapa era pegar gente nova. Então a princípio a gente nem abriu isso para eles, na verdade a gente nem sabia, agente achou assim, nos vamos encaminhar todo mundo que quiser explicamos para eles essa questão da importância da continuidade do processo de alfabetização. A gente queria pegar pessoas novas, dar oportunidade para novas pessoas, por que o que aconteceu na primeira e na segunda etapa? Não teve esse encaminhamento mais formal para a FUMEC, então não tem um controle de quantas pessoas foram, e teve muito mais matrícula de pessoas, que já eram, já tinham participado voltando para o letraviva. Então nessa etapa optamos por fazer assim, todos que passaram pelo letraviva eram para ser encaminhados para a FUMEC, mesmo não estando alfabetizados. A princípio os educandos foram informados de que não poderíamos recadastrar ninguém...

A: Só fazer uma porcentagem de recadastramento.

B: É mais a gente nem tinha falado nisso né? Agente falou que não ia poder. Talvez por isso houve um numero maior de encaminhamentos para a FUMEC, a princípio foi por conta disso... Para a terceira etapa estabelecemos um critério, quem fez matrícula na FUMEC não vai poder voltar ao projeto, porque eles criam um vinculo muito forte com o educador.

EM SUA OPINIÃO, QUAL O MOTIVO DA NÃO CONTINUIDADE DE ESTUDOS DOS EDUCANDOS AO SAIREM DO PROJETO? QUAL O MOTIVO DA EVASÃO DESSES ADULTOS QUANDO ELAS SÃO ENCAMINHADOS A FUMEC?

A: Como a gente estava falando, o educador do Letraviva é aquele que se preocupa com tudo, e o professor da FUMEC ele tem um programa, ele tem um conteúdo, e ele tem que dar conta daquilo, então as vezes ele dá uma acelerada, e o aluno eles estão acostumados com quem? Ele está muito paparicado, então é até legal mesmo ter essa ruptura, ele participar de um outro tipo de educação, porque ele tem que deslanchar, e o Letraviva ele é bem maternalista né, porque...

B: É os educadores...Não é nem uma orientação nossa, é uma coisa deles, eles estão na comunidade né? Eles vivem lá.

A: E também eles não têm um programa para cumprir, então eles não têm aquela pressa, aquela...É sabe que o professor de educação formal tem, agente quando pega uma sala você tem que dar conta de um programa, de um conteúdo né? Então você tem que, você cria isso em você, uma ansiedade em relação ao seu aluno, você tem que ver ele produzindo né? E o projeto nosso isso não é...É uma característica também né?

B: É e eles estão ali direto com os educandos, não só no momento da aula né, do grupo, estão direto na comunidade ai. Então eles criam esse vínculo muito forte, e ai o que aconteceu, teve alguns casos, a partir do momento que agente soube, até do MEC, que poderia sim cadastrar as pessoas, recadastrar né, quem era do Letraviva, agente continuou com o critério, se fez inscrição na FUMEC, agente não vai aceitar...

A: E continua...

B: Mas se não foi para a FUMEC, por algum motivo, vocês podem estar recadastrando se o pessoal ainda não se alfabetizou, ai agente aceitou. E ai o que aconteceu, teve algumas educadoras que não iam continuar na terceira etapa, ai por algum motivo ou outro elas falaram “Vamos, vamos fazer a turma e tal” e começaram a organizar uma turma nova, e ai teve educando que disse “Você vai voltar, então eu quero voltar com você” (risos). Ai elas dizem “Não, mais eu não posso te aceitar, só se for como ouvinte”.

A: Tem gente até querendo ficar só...

B: Mais ai agente fala, porque olha tudo bem, legal, o Letraviva, tal, mas aqui você não vai seguir para frente, não adianta, você não vai seguir né? Então agente tenta mesmo a todo custo estar estimulando, estar mostrando, que aqui é só né, aquela, vamos dizer assim, o bê a ba né? Mas eles vão estar...Aqui não tem o diploma, só tem o certificado né? Só que tem pessoas que não se interessam (risos). Eu digo que muitas pessoas vão para o Letraviva, a maioria acima de sessenta anos não estão preocupados com isso...

A: Eles só querem aprender a ler e a escrever...

B: E outra o grupo acaba sendo mesmo quase uma terapia para eles, porque é um motivo para eles estarem saindo de casa, é um grupo assim não só de alfabetização, é um grupo de vida mesmo.

A: Uns fazem artesanato, pintam pano, faz cestinha, faz fuxico...

B: Tem muita gente que fala “Imagina, vocês tem que ser diferente, vocês não podem permitir o educando levar o filho, o neto para a sala de aula, imagine vocês não podem permitir uma coisa dessa. Imagine levar uma atividade na casa do outro porque ele faltou só porque estava doente, vocês não podem permitir uma coisa dessa”, ou “ Vocês não cobram nada, vocês deixam tudo a vontade”, eu não posso aceitar uma critica dessa, não é agente que tem que mudar, é o sistema que tem que mudar.

A: E sabe, tem outra coisa engraçada também né? O professor reclama do giz, da sala que está horrorosa, e o educador ele não tem nem isso, ele vai atrás da sala, ele vai...Se ele não tem carteira, ele pega uma mesa, improvisa, cada um trás cadeira de casa, e ali se tornou uma sala de aula para ele. Então são coisas assim que agente esta vivenciando que é muito bacana. De repente seria legal o próprio professor estar repensando sua postura. São coisas muito mágicas que acontecem no programa.

B: O aluno adulto tem vontade de aprender, mas por outro lado, a partir do momento que ele não se sente motivado, que ele sente que a classe não esta dando o retorno que ele queria, da forma que ele gostaria, a expectativa dele, ele também abandona. Ele não é aquela criança que o pai obriga a ir, aconteça o que for, seja a escola do jeito que for, o professor o jeito que for, a criança tem que ir...O adulto não, do mesmo jeito que ele vai, ele sai.

A: Outra coisa que agente escuta de, escuta alguns educandos falarem, que a educadora veio passar pra gente, é que a sala da FUMEC, as vezes é muito barulhenta. Hoje acontece uma coisa que eu acho muito negativa pra FUMEC, por exemplo, aquele aluno que não vai no ensino fundamental, ele é repetente, ele repetiu um ano, repetiu dois, ele

esta destoando na sala, esta já pré-adolescente com criança, o que é que fazem com ele? Jogam para a FUMEC, só que ele não é uma criança também, só que ele esta aonde? Ele esta na FUMEC. Eu quando dei aula no supletivo, eu tinha assim uma sala com a maior parte pessoas de vinte, vinte, vinte e cinco anos, hoje você encontra quatorze anos direto na FUMEC. Ele é falante, ele é barulhento, e o idoso ele não gosta disso, ele gosta daquela sala mais acomodadinha, mais quietinha, mais interessada né? Isso acho que também é negativo para a FUMEC, não é culpa dela, de novo é culpa de uma situação, do sistema que esta impondo isso ai, o aluno não vai, vai para a FUMEC. Também acontece bastante.

ANEXO V

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

O MEC, por intermédio do FNDE, concederá assistência financeira para ações de alfabetização de jovens e adultos e formação de alfabetizadores a Estados, Distrito federal e Municípios, no sentido de possibilitar a inclusão social e combater as desigualdades educacionais, buscando formas de ampliar o acesso e a continuidade da escolarização em todos os níveis para milhões de brasileiros com mais de 15 anos que não tiveram, na idade adequada, acesso à escola.

1 – FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES

A formação inicial do alfabetizador deve necessariamente basear-se em processo dialógico, promover a reflexão sobre o contexto histórico e conter conhecimentos sobre as funções da linguagem, interpretação e produção dos diferentes tipos de textos e conhecimentos matemáticos referenciados no cotidiano dos alfabetizandos.

Sugerem-se os seguintes conteúdos:

- . História da educação de jovens e adultos;
- . Concepções dos processos de alfabetização;

- . Relações entre homem/natureza/cultura;
- . Construção da língua escrita e oral;
- . Função social da leitura e da escrita;
- . Processo de registro e avaliação da aprendizagem.

Ainda durante a formação inicial, os alfabetizadores deverão ser capacitados para que, no decorrer do processo de alfabetização, possam atuar como agentes de mobilização, identificando os alunos e familiares sem documentação civil básica (Registro Civil, Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor) e prestando orientações sobre os procedimentos para obtê-los.

A formação continuada dos alfabetizadores deverá ser presencial e coletiva, de, no mínimo, duas horas semanais. Em caso excepcional poderá ser realizada quinzenalmente, com carga horária dobrada.

Os alfabetizadores deverão ser orientados para que informem e encaminhem os alunos alfabetizados para cursos de Educação de Jovens e Adultos, conforme oferta disponível na rede de ensino da localidade.

Todo o processo deve ser registrado e arquivado, sob as formas disponíveis: relatos escritos, fotografias, gravações etc. Deverá ser elaborado um relatório da formação inicial e, mensalmente, um relatório da formação contínua, registrando os aspectos pedagógicos do processo de formação dos alfabetizadores. Esses relatórios deverão ser arquivados, podendo ser solicitado a qualquer tempo pelas auditagens do MEC.

2 - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A metodologia utilizada deve garantir a efetiva alfabetização, possibilitando ampliar as práticas de leitura e escrita e o universo lingüístico dos alfabetizandos, bem como seu domínio em relação aos conhecimentos matemáticos: leitura e escrita de números (preços, datas, horários, medidas), e a utilização das operações matemáticas em seu cotidiano (pagamento, cálculo de troco, salário, parcelamento).

Faz-se necessário que, antes de iniciar sua intervenção, o alfabetizador conheça o grupo com o qual irá trabalhar. Para tanto, deve ter contato com o cadastro dos alunos e realizar diagnóstico inicial para subsidiar o planejamento das atividades, no sentido de tornar o processo de alfabetização participativo e democrático. O alfabetizador deve respeitar o conhecimento e a experiência de vida dos alfabetizandos, valorizar sua linguagem como ponto de partida e evitar a infantilização ou criação de linguagem artificial.

O planejamento deve considerar a aprendizagem dinâmica da linguagem verbal para que este processo inicial de alfabetização resulte na utilização da língua em situações variadas e com finalidades diversas. Ao longo do trabalho, o alfabetizador deverá observar a evolução na utilização da linguagem oral pelos alfabetizandos: expõem as idéias com clareza? Em relação à leitura e à escrita: compreendem o significado do texto? redigem textos com finalidades diferentes? Articulam bem suas idéias?

Na alfabetização inicial a expectativa é:

- a) ler, compreender e produzir textos simples, de diferentes tipos e finalidades;
- b) utilizar textos com diferentes funções da linguagem (referencial, apelativa, emotiva, poética, metalingüística);
- c) participar de debates sobre diferentes assuntos de interesse da comunidade, ampliando sua possibilidade de articulação da língua falada.

Os materiais didáticos devem ser utilizados como apoio textual (livros, revistas, apostilas, jornais, bulas de remédios, recibos, cupons, contas, filmes, *sites*, músicas, desenhos). Já os recursos didáticos devem ser utilizados para dar suporte técnico ao alfabetizador (caderno, lápis, giz, cartolina, papel e materiais permanentes - computador, televisor, vídeo, retroprojeto, slides, rádio).

É importante que a alfabetização promova a interlocução por textos e não se limite à silabação. Além de valorizar informações úteis e pertinentes para os dias atuais, os conteúdos deverão ser trabalhados de forma contextualizada, interdisciplinar, a fim de que os alfabetizados fortaleçam sua cidadania e condição de sujeito atuante na sociedade.

O plano de ação deve explicitar de que maneira será avaliado o cumprimento dos objetivos almejados pelo programa, bem como apontar modos e instrumentos para comparação entre o número de matriculados e o de alfabetizados ao final da ação.

É necessário o registro, pelo alfabetizador, do desenvolvimento da aprendizagem por meio de relatos de acompanhamento individual e produções dos alfabetizados, a fim de redimensionar as ações de intervenção, devendo arquivar, na entidade, mensalmente, pelo menos uma produção escrita de cada uma de seus alfabetizados.

Junto aos Cadastros Finais de alfabetizados, definidos nesta Resolução, a entidade deverá apresentar ao MEC relatório com os nomes e números de identificação cadastral dos alunos não alfabetizados, relatando as dificuldades do processo de ensino-aprendizagem. Este relatório é condição para o eventual recadastramento desses alunos em novas turmas do Programa Brasil Alfabetizado.

Na zona rural, as turmas poderão comportar um mínimo de 5 alunos e, na zona

urbana, no mínimo, 15 alunos, exceto nos casos previstos nesta Resolução.

3 - CONSIDERAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS

Durante a análise das propostas pelo MEC, serão relevantes os seguintes critérios:

- . coerência com as normas contidas nesta Resolução.
- . clareza e consistência da argumentação apresentada na justificativa.
- . viabilidade de execução;
- . coerência e compatibilidade dos dados informados com as fontes disponíveis para comparação pelo MEC (valores praticados, dados censitários);
- . explicitação de um plano de acompanhamento e de avaliação de resultados.